

8.00-10.30

Sala 1

MODERADOR: Carlos Gaspar, IPRI--UNL

Título da Comunicação As Crises da Unipolaridade

Autor CARLOS GASPAR (c.gaspar@ipri.pt)

Instituição Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa, Director

## RESUMO

A transição post-bipolar tem sido marcada pela indefinição, pela incerteza e pela impotência, em sucessivas crises internacionais que devem ser relacionadas com a mudança de estrutura de distribuição do poder no sistema internacional no fim da Guerra Fria, em 1991.

A primeira crise da unipolaridade é uma crise das teorias liberais, realistas e neo-realistas. As primeiras liberais e realistas - com Hedley Bull, representam o sistema internacional como uma sociedade das grandes potências, um plural que pode ser prejudicado pela excessiva assimetria entre os Estados Unidos e as outras potências relevantes do sistema internacional. As segundas, com Kenneth Waltz, não admitem a categoria da unipolaridade senão como uma forma de transição para a bipolaridade ou a multipolaridade, no sentido em que é difícil separar a unipolaridade de uma mudança na natureza anárquica do sistema internacional que torna supérflua a estrutura dos pólos e a caduca a própria fórmula do sistema internacional. A resposta - realista e neo-realista - de William Wohlforth quer demonstrar que a unipolaridade é um sistema estável e duradouro, mas não consegue construir uma demonstração que não se aplique apenas aos Estados Unidos.

A segunda crise da unipolaridade é uma crise empírica, que se refere aos desastres da estratégia internacional dos Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria, incluindo o adiamento da sua intervenção nas guerras balcánicas e a sua incapacidade de conter as tendências de proliferação nuclear, quer nos casos da Índia e do Paquistão, quer no caso da Coreia do Norte, antes do "11 de Setembro" e, depois do "11 de Setembro", no caso do Irão, bem como pela incapacidade da nova estratégia norte-americana de restabelecer um quadro de alianças internacionais, designadamente no Médio Oriente, que consolide a sua preponderância internacional.

A terceira crise da unipolaridade diz respeito à divergência crescente entre o poder e a legitimidade no sistema internacional, que se tem acentuado desde a guerra do Kosovo, em 1999, e a invasão do Iraque, em 2003. A dificuldade em reformar, ou ultrapassar, o "sistema americano" desenhado no fim da II Guerra mundial e que ainda domina o ordenamento internacional, perturba constantemente o exercício do poder dos Estados Unidos, que não conseguiram ainda definir o modelo de ordenamento da unipolaridade.

A probabilidade da continuação das três crises torna indispensável admitir que o sistema internacional do post-Guerra Fria é e continuará a ser um sistema instável onde a incerteza quanto às alianças, aos inimigos e aos principais substitui duradouramente a clareza das divisões da Guerra Fria.

Área da Comunicação      Transição e Relações Internacionais no Espaço Pós-Soviético

Autor      MARCOS FARIAS FERREIRA (marcosff@iscsp.utl.pt)

Instituição      Professor Auxiliar no ISCSP-UTL

## RESUMO

Com este artigo, proponho-me realizar um estudo do espaço geográfico pós-soviético como espaço pós-colonial. Começarei por analisar e debater a oportunidade da designação 'espaço pós-soviético' para identificar uma área geográfica que se estende de Viena a Vladivostok, e não deixarei de considerar a sua pertinência no âmbito dos estudos de área contemporâneos. Para lá desta problemática formal, discutirei a vantagem de utilizar o paradigma pós-colonial na produção de conhecimento sobre a realidade política e social contemporânea desta vasta área geográfica. Em termos substantivos, o artigo incidirá sobre a transição, ou transições, na era pós-soviética e abordará, de forma comparativa, a integração das diferentes subzonas – Europa Central e de Leste, Países bálticos, Rússia, Cáucaso e Ásia Central – no sistema económico e político internacional. Neste âmbito, uma questão fulcral será a da mobilização da política externa russa no sentido da recuperação do estatuto internacional.

<b>Título da Comunicação</b>	Parceria Estratégica EUA – Índia: Poder e Identidade no sistema interestatal pós-Atlântico
<b>Autor</b>	HENRIQUE RAPOSO (henrique.raposo79@gmail.com)
<b>Instituição</b>	Investigador do IDN; mestrando do ICS

## RESUMO

Esta comunicação procura responder a duas questões orientadas por uma perspectiva retirada do realismo neoclássico/aroniano: (1) Por que razão a Índia e os EUA encetaram uma inédita parceria estratégica?; (2) esta parceria indicia alguma mudança de fundo nos paradigmas do sistema interestatal? A resposta à primeira questão passa pelo seguinte: americanos e indianos partilham a mesma identidade liberal (globalização e democracia liberal) e, naturalmente, a emergência da China é um factor de preocupação em Washington e Nova Deli. No que diz respeito à segunda questão, o nosso argumento é o seguinte: a parceria EUA – Índia (a par de outros factores: regresso do Japão; importância acrescida da Austrália) mostra-nos uma política externa americana e um sistema interestatal crescentemente pós-Atlânticos, com uma nova centralidade a Oriente. Os Estados europeus estão a perder poder em termos absolutos e, simultaneamente, a perder influência enquanto aliados liberais dos EUA. O sistema é pós-Atlântico: quer em distribuição de poder estrutural, quer ao nível da identidade/legitimidade liberal. A Índia (tal como o Japão), além de ser um Grande Poder emergente, é também uma democracia liberal, como a França ou o Reino Unido.

Título da Comunicação	A Organização de Cooperação de Xangai: relação sino-russa numa perspectiva político-militar e de segurança
Autor	CARMEN AMADO MENDES E MARIA RAQUEL FREIRE (carmen.mendes@fc.uc.pt; rfreire@fc.uc.pt)
Instituição	Professoras Auxiliares do Núcleo de Relações Internacionais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

## RESUMO

Este ensaio aborda o relacionamento entre a China (República Popular da China) e a Rússia nos planos bilateral e multilateral, nomeadamente no seio da Organização de Cooperação de Xangai (Shanghai Cooperation Organization - SCO). Assumindo o papel de grandes peões do sistema internacional, os dois países partilham interesses (energéticos, por exemplo) e preocupações (luta contra o terrorismo e crime organizado), simultaneamente competindo pela preponderância e afirmação a nível regional, enquanto ocultando objectivos baseados em dinâmicas de realpolitik (projectão de poder). Será o discurso de cooperação sino-russo apenas retórica política ou implicará o estabelecimento intencional de uma parceria orientada para objectivos geoestratégicos, políticos e de segurança muito concretos? Este ensaio questiona se a SCO surge numa tentativa genuína de enquadrar em termos institucionais a cooperação político-militar e de segurança entre a Rússia e a China, funcionando como um instrumento de aproximação entre Moscovo e Pequim, ou se é apenas uma manobra estratégica para alterar a posição actualmente assumida por estes actores na ordem internacional. Olhando para as dinâmicas subjacentes, percepções, projecção e intersecções de poder, bem como para a dicotomia discurso oficial versus medidas implementadas, particularmente no enquadramento da SCO, este ensaio entende que a construção de uma parceria estratégica genuína entre Moscovo e Pequim está longe de ser uma realidade. Considerações de realpolitik sobrepoem-se a objectivos institucionais, mostrando as linhas de (des)continuidade nesta relação bilateral, quer em termos de discurso quer de acções.

Título da Comunicação	Diplomacia Sarkozy - O Lugar da França no Mundo
Autor	LIVIA FRANCO (lfranco@fch.ucp.pt)
Instituição	FCP e JEP da UCP, Docente

## RESUMO

Nicolas Sarkozy, o mediático e controverso presidente da República Francesa apresentou as linhas gerais da nova política externa da França, no discurso que proferiu na 35ª Conferência dos Embaixadores, em Paris, em Agosto passado. Três desafios mereceram o seu destaque: o confronto entre o Ocidente e o Islão, a integração dos gigantes (sic) BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) na ordem internacional e os grandes desafios ecológicos e científicos que se avizinham no presente século. Outras questões foram também referidas: as relações com os EUA e com os países francófonos da África e do Mediterrâneo; a defesa e a segurança do continente europeu e a reforma institucional e política da União Europeia. Na mesma intervenção, o presidente francês apresentou ainda o que chamou a sua visão pessoal (sic) sobre o lugar da França no mundo. Uma visão que assenta na determinação real em alterar o curso dos acontecimentos – “Os franceses querem um presidente que age e que consegue obter resultados” –, enquadrada pelos valores humanistas históricos do país e pelo desejo de proteger os direitos dos mais fracos. Mais tarde, veio designar esta sua visão de «política de civilização».

Iniciando-se em Junho a presidência francesa da UE e estando agendada para a mesma altura a apresentação oficial do Livro Branco da política externa da França, cuja elaboração o presidente Sarkozy atribuiu a Bernard Kouchner, o seu ministro dos negócios estrangeiros, importa começar agora a reflectir criticamente sobre o verdadeiro lugar daquele país no mundo: Com a continuação da guerra ao terrorismo islâmico e uma certa ipolarização da política internacional, com o reforço da integração europeia reflectido na criação do Alto Representante para os negócios estrangeiros e a política de segurança, pode a França ter uma política externa realmente sua? E será que as suas iniciativas humanitárias recentes, como a do Chade, poderão ter sucesso? Como se ajusta a defesa histórica francesa dos direitos humanos com as excelentes relações com países como a China e a Líbia? Finalmente, é a diplomacia Sarkozy verdadeiramente diferente daquela que a França tem vindo a desenvolver nas últimas décadas, ou mesmo desde o fim da II Guerra Mundial?

Sala 2

MODERADOR: Moisés Silva Fernandes, Instituto Confúcio

Título da Comunicação Cabo Verde e a Integração Europeia: A Construção Ideológica de um Espaço Imaginário

Autor SUZANO FLORKEIRA COSTA (suzanocosta@ics.ul.pt; suzanocosta@yahoo.com.br)

Instituição ICS-UL

## RESUMO

O presente artigo pretende dissertar sobre algumas questões não comumente salvaguardadas pela abordagem politológica das relações internacionais, designadamente, perceber como é que a construção ideológica da ideia de Europa penetrou na consciência e na cultura política cabo-verdianas num contexto histórico em que a emancipação política dos Estados no quadro do sistema internacional implica, necessariamente, a aposição numa multiplicidade de envolvimentos políticos e identitários susceptíveis de potenciar a integração do Cabo Verde num espaço de relacionamento político integrado como a União Europeia.

Não obstante ao facto das estratégias de cooperação institucional do Estado de Cabo Verde privilegiarem o multilateralismo e o ancoramento como princípios basilares da sua política externa, o espaço comunitário Europeu sempre constituiu um centro político de referência para a formação da cultura política cabo-verdiana.

Concentrar-nos-emos, fundamentalmente, nas seguintes dimensões do debate sobre a integração europeia e/ou a obtenção de um Estatuto Especial no quadro da União Europeia: a valência da segurança e defesa da plataforma continental cabo-verdiana e a sua potencialidade geoestratégica; a forma astuta como o cenário político europeu e comunitário é estrategicamente mobilizado pela política externa cabo-verdiana, a forma estratégica como a prática diplomática norteia o pragmatismo da sua acção sob a égide da reivindicação de múltiplas ancoragens identitárias (mobilização da noção de múltiplas pertenças); a configuração da relação poder/espço, i.e., a construção heterodoxa de uma dinâmica de poder com base numa referência geográfica na sua relação com a organização política do mundo; a mobilização profícua do discurso lusotropicalista para legitimar um discurso emancipatório e o modo histórico de pensar do homem cabo-verdiano; a recorrente evocação pela retórica político-diplomática de que Portugal constitui o parceiro estratégico do desenvolvimento de Cabo Verde e o ancoradouro histórico e cultural susceptível de potenciar e patrocinar a sua integração no espaço comunitário europeu; a forma estratégica como a plataforma continental cabo-verdiana é introduzida no debate sobre a Política Externa de Segurança Comum por via dos múltiplos cenários de cooperação multilateral previstos e/ou perpetrados no âmbito da NATO, como foi o caso particular do Exercício "Steadfast Jaguar 2006" da Nato Response Force (NRF) realizado em território cabo-verdiano.

<b>Título da Comunicação</b>	"Resolução 1514" ano Início da Guerra em Angola: o Pensamento Político de Lusitanistas Anglófonos
<b>Autor</b>	GABRIELA GÂNDARA TERENAS (ggandarat@netcabo.pt)
<b>Instituição</b>	FEHS-UNL, Professora Auxiliar

## RESUMO

A partir do momento em que a chamada "Resolução 1514" foi aprovada na C.N.U., com o apoio dos Estados Unidos, iniciou-se um período tenso no âmbito das relações luso-americanas. A sucessão de vários outros acontecimentos de impacto internacional, nomeadamente o início dos confrontos em Angola, impeliu a ditadura portuguesa, que até aí se conservara num discreto e conveniente 'lugar à sombra', para uma claridade ominosa, passando Portugal a ser notícia nas televisões e nos jornais estrangeiros. Neste contexto, a reflexão aqui proposta visa analisar o modo como vários lusitanistas anglófonos, nomeadamente Charles Boxer, Richard Pattee, James Duffy ou Douglas Wheeler reagiram, de forma diversa, a esta questão mediante palestras e publicações de cariz eminentemente historiográfico, mas às quais se encontrava subjacente uma intenção política.

Revista da Comunicação Timor-Leste: o sobressalto democrático

Autor RUI GRAÇA FEIJÓ (ruifeijomail.com)

Instituição Investigador Independente

## RESUMO

Timor Leste viveu uma crise no processo de construção do seu Estado Democrático. Esta crise eclodiu em 2006, teve o seu pico em Maio, manteve-se de forma mais ou menos larvar até às eleições de 2007, e está agora em fase que parece ser de rescaldo. A primeira parte da comunicação centra-se numa tentativa de caracterização política desta crise, na perspectiva do processo político iniciado com o referendo de 30. Agosto.1999.

A realização de eleições presidenciais (9.Abril e 9.Maio) e parlamentares (30.Junho) constituiu um elemento fundamental na superação da crise. Por um lado, porque se trata de um mecanismo constitucional e democrático de resolver conflitos políticos. Por outro lado, porque a consulta popular revelou uma paisagem política substancialmente distinta daquela que se encontrava consagrada desde a proclamação da independência.

À luz dos resultados eleitorais, a crise ganha contornos que obrigam a questionar algumas das decisões tomadas pela direcção política timorense e pela comunidade internacional desde 2002 - tarefa essa que será esboçada na terceira parte da comunicação.

Como conclusão, será proposta uma reflexão sobre a importância de contar com instrumentos democráticos fiáveis e de os utilizar judiciosamente para lidar com situações de polarização profunda do sentimento popular em democracias emergentes.



Título da Comunicação	Entre a Política e a Economia: 30 anos depois, a resolução do problema da Hidroeléctrica de Cahora Bassa
Autor	JOSÉ PAIVA (jpavia@mail.telepac.pt)
Instituição	Universidade Lusíada de Lisboa - Prof. Auxiliar

## RESUMO

A Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) era até há pouco tempo um assunto não totalmente resolvido nas relações entre Portugal e Moçambique. A construção da barragem de Cahora Bassa no rio Zambeze, província de Tete, foi iniciada nos finais da década de 1960, vindo a ser concluída em 1977. Nas negociações entre a Frelimo e o governo de Lisboa ficou acordado que a barragem continuaria sobre controlo português (com 82% das acções, cabendo os restantes 18% ao Estado moçambicano), até que Portugal liquidasse a dívida que havia contraído a um consórcio de bancos alemães e franceses. A amortização da dívida seria feita através da venda da energia, a um preço pré-determinado, à África do Sul, o seu maior cliente. Mas todo este plano veio a fracassar devido ao facto de - durante a guerra civil que atingiu o país - a Renamo ter destruído as linhas de transmissão de energia para a África do Sul. Por este motivo não se efectuaram vendas de energia; porém, os custos operacionais de manutenção da barragem continuaram, e era Portugal quem suportava essa factura. Iremos analisar ao longo desta comunicação como a Política e a Economia se entrecruzaram na tentativa de resolução deste diferendo.

tema da Comunicação Chinese Foreign Policy Towards the Portuguese-speaking Countries: The Case of Resource Dependency

autor MOISÉS SILVA FERNANDES (moises.fernandes@confucio.ul.pt)

instituição Instituto Confúcio, Universidade de Lisboa

## RESUMO

Does resource dependency enhances China's rise or diminishes it? An analysis of China's over dependency on foreign natural resources of two Portuguese-speaking countries - namely, Angola and Brazil - reveals that Beijing's ascent is based on rather shaky grounds that could collapse quite quickly and have a serious impact on her attempts to become a fully integrated actor in the international society. Although China has lent over USD\$13 billion to the Angolan government, USD\$4 billion are already missing, and China has complained very little about it. Why? Her overdependence on Angolan oil supply prevents Beijing from speaking out on the issue, thus demonstrating that she has become in part an hostage of the Angolan government rapacious attitude towards foreign loans.

## Sala 3

MODERADOR: Pedro Tavares de Almeida, Univ. Nova de Lisboa

<b>Título da Comunicação</b>	Racionalidade e Retórica na Deliberação Democrática
<b>Autor</b>	RAUL MAGALHÃES E DIOGO DE SOUSA (raul.magalhaes@ufjf.edu.br; dsousa@iuperj.br)
<b>Instituição</b>	Professor - Universidade Federal de Juiz de Fora - Brasil; Pesquisador - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - Brasil

## RESUMO

A pesquisa consiste numa tentativa de formular uma ponte teórica entre os conceitos de racionalidade instrumental e de retórica, aplicável à crítica da democracia deliberativa. Ao tratar o problema da ação dentro do paradigma da linguagem a pesquisa coloca a noção de persuasão como o requerimento central da agregação de agentes racionais, indo numa direção oposta à proposição do agir comunicativo habermasiano. Propomos que as teorias da retórica mostram como a racionalidade instrumental se apropria de processos de argumentação que, na política, não podem ser compreendidos sem o recurso à noção de intencionalidade. A investigação discute como agentes usam intersubjetivamente retóricas para criarem contextos de identidade e ação em situações de conflito. Sugerimos que a persuasão dos agentes conta basicamente com: 1) níveis de argumentação quase-lógica; 2) níveis performáticos (escárnio apelação para o ridículo, vituperação); e 3) níveis normativos (avaliações contextuais dos códigos). Problematisamos a interseção entre a teoria retórica da argumentação e o debate sobre a racionalidade dos processos de deliberação democráticos. Tal agenda tem implicações para uma teoria da democracia, ao possibilitar a percepção de como níveis argumentativos de base técnica ou moral têm chances diferenciadas de persuasão, conforme os contextos institucionais.

tema da Comunicação

A teoria democrática pós-schumpeteriana face ao futuro. Ian Shapiro e a democracia como sistema político exemplar na defesa dos interesses básicos dos cidadãos

autor

ANTÓNIO JOSÉ ROSAS (anjoserosas@gmail.com)

instituição

Investigador Celac.Media, Universidade do Porto, Universidade de Santiago de Compostela

## RESUMO

Com esta comunicação pretende-se divulgar e aprofundar o pensamento político de um dos autores mais promissores da teoria democrática contemporânea. Os principais temas e conceitos do autor são revelados, para mostrar a oportunidade e a lucidez da sua concepção normativa da democracia como sistema político de não dominação. Da consideração normativa passa-se à análise positiva de como as democracias podem ser institucionalmente aperfeiçoadas com vista a alargar a competição competitiva schumpeteriana, inicialmente centrada nos empresários políticos e nas suas organizações, a todo o tipo de relações sociais. As conclusões abarcam domínios tão diferentes das actividades humanas como as relações laborais, a imagem pública, os meios de comunicação, a escola, etc. Os conceitos shapirianos centrais são aplicados pelo autor a novas actividades, ao mesmo tempo que se faz uma reflexão de como podem ser interpretados por outras culturas.

Título da Comunicação	Morfologia de um falsete: Os pressupostos da megamáquina nas teses de Serge Latouche
Autor	JOÃO TAVARES ROBERTO (jroberto@creditoagricola.pt; jroberto@sapo.pt)
Instituição	NICPRI / GEPS.LUE

## RESUMO

O formato desenvolvimentista, seguido pela sociedade ocidental, conduziu a uma gradual uniformização planetária castradora de alternativas. Vivemos neste início do século XXI sob o eco de um falsete que, à sombra de um imaginário colonizado, se expande numa dança tonal e sibilante que enfeitiça a humanidade e lhe propõe o prelúdio de uma obra maior erigida sobre os pilares da megamáquina.

É a partir do diagnóstico que desenha o mundo como uma megamáquina que Serge Latouche estrutura toda a sua concepção decrescentista e a apresenta como uma carta de alforria ao serviço dessa imensa vontade de devolver o Homem ao Homem.

Centrar-nos-emos sobre os pressupostos da estrutura que, para Latouche, é a trave mestra da modernidade. Verificaremos como o Homem moderno é incapaz de pensar a vida fora da alçada da técnica, da ciência e da economia. Comporta-se como se estas fossem inatas à condição humana. Como se sempre tivessem existido. Face a esta megamáquina o indivíduo não é mais visto como pessoa e ainda menos como cidadão. É tão-somente um autómato que obedece acriticamente a uma lógica tantas vezes desarticulada da sua própria dignidade. Um fiel seguidor dessa sonoridade sedutora, controlada mas ainda assim de emissão falsa...

Área da Comunicação

Imprevistos Previsíveis - A Teoria dos Jogos Estratégicos na Ciência Política

Autor

PATRÍCIA CALÇA (patriciacalca@gmail.com)

Instituição

CIES-ISCITE

## RESUMO

Num mundo de conexões, muitas vezes, os acasos parecem ter um sentido mais dogmático do que científico. O caos que impera na sociedade dos nossos dias pode trazer à tona essa ideia de capacidade estratégica.

Será que a análise do fenómeno social, sobretudo do politológico, se permite a uma modelização? A ser feita, como podemos prever a acção/actuação dos intervenientes e decisores principais? Será que podemos fazer algum tipo de análise, à posteriori, que enquadre o *modus operandi* dos jogadores detentores do Poder Político? A Teoria dos Jogos Estratégicos (TJE) tem colocado à moderna Ciência Política estas e outras questões muito concretas.

Não avançando para a previsão pela previsão, mas tendo como base modelos matemáticos e probabilísticos, a TJE, tem tido bastante utilidade em áreas como a actuação eleitoral dos cidadãos, ou a estratégia militar.

Enquanto Teoria do conflito/decisão deve ser uma metodologia adoptada, complementar e enriquecedora da análise científica feita à luz dos princípios politológicos. Com a nossa comunicação pretendemos avançar nesse

campo, não o axiomático e/ou matemático puro, mas o da leitura necessariamente estratégico das crises do mundo, dos jogadores e das partes em "confronto" local, internacional ou supra-estadual.

Mais do que a metodologia/Teoria de análise da realidade e, a sua aplicação, o mais aplicado, nestas decomposições da realidade, será sempre a definição dos autores com efectivo poder político. Não os que parecem tê-lo mas os que o detêm.

## Auditório 3

MODERADOR: José Manuel Moreira, Univ. Aveiro

<b>Título da Comunicação</b>	Questões de gênero na história social das instituições brasileiras e a herança portuguesa
<b>Autor</b>	PATRICIA RANGEL (prangel@iuperj.br; pdrangel@gmail.com)
<b>Instituição</b>	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Mostrand e pesquisadora.

## RESUMO

A história da sociedade brasileira foi escrita por vários sujeitos sociais que participaram direta ou indiretamente da formação de nossa identidade e da construção das instituições que guiam a conduta dos indivíduos nos campos da moral, da política e da economia. Um desses grupos sociais compreende a totalidade de mulheres brasileiras que, enquanto sujeitos sociais, influenciaram significativamente todo esse processo. Contudo, por ser silenciosa apesar de intensa, sua contribuição é geralmente ignorada. Além disso, a mulher, ao reproduzir lógicas de organização social sexistas enraizadas no tradicionalismo português, muitas vezes ajudou a cristalizar a submissão feminina e contribuiu para sua própria marginalização. O iberismo, fator que deixou inúmeras e profundas marcas na forma de organização brasileira, fixou-se aqui graças à falta de hierarquia e à frouxidão da estrutura social, valendo-se da dominação masculina para se perpetuar. Ele teve êxito em se fixar no seio da sociedade patriarcal, em grande parte, através da mulher, que desempenhou a função de semear pensamentos cujas raízes mergulhavam no mais profundo sexismo português. O objetivo do presente trabalho é explorar tal lógica e desenhar um panorama dessa sociedade de uma classe, uma raça, um sexo, e de suas instituições características. No bojo desse esforço, pretendo destacar o papel social do sujeito mulher na manutenção das instituições masculinas, mas também na transformação delas. Tentarei tratar deste processo desde a colonização até a modernidade, ressaltando a contribuição portuguesa e passando pelo debate da fragmentação social brasileira e da transição para o mundo moderno. O intuito é apresentar os conceitos derivados do patriarcalismo, expressão do poderio masculino e da lógica sexista de organização política em nossa sociedade. Buscarei apontar o debate em torno de seus significados e contribuir de alguma forma, sublinhando a participação de um ator social negligenciado.

tema da Comunicação As Ouvidorias de polícia no Brasil e em Portugal: a questão das investigações

autor BRUNO KONDER COMPARATO (brunoke@usp.br)

instituição Professor Doutor, Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

## RESUMO

Esta comunicação pretende fazer uma análise comparada dos órgãos de controle externo da atividade policial no Brasil e em Portugal. Atualmente catorze ouvidorias de polícia estão em atividade no Brasil. Instaladas a partir da iniciativa pioneira da Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo, criada em 1995, elas se assemelham bastante quanto às suas características institucionais. A sua missão é exercer o controle externo da atividade policial. Se considerarmos que as etapas que compõem a accountability são três (monitoramento, investigação e punição), as ouvidorias de polícia no Brasil só têm poder legal para realizar o monitoramento das atividades policiais. Esta característica impõe sérios limites ao trabalho das ouvidorias, com conseqüências que se refletem na avaliação do seu desempenho por parte da população. Muitos se perguntam, portanto, se não seria o caso de atribuir às ouvidorias de polícia o poder de investigação com base nas denúncias feitas por cidadãos de irregularidades ou crimes cometidos por policiais como é o caso, notadamente, na Irlanda do Norte e na África do Sul. Uma situação intermediária é a de Portugal, onde a ouvidoria de polícia (Inspeção-Geral da Administração Interna, IGAI) não tem competência para realizar investigações criminais, devendo remeter as queixas à Procuradoria-Geral da República, mas pode colaborar com os órgãos de investigação na obtenção de provas. A posição defendida nesta comunicação é que se fosse atribuída às ouvidorias de polícia no Brasil o poder de investigação, correria-se um sério risco de inviabilizar as atividades das ouvidorias devido ao aumento exponencial do volume de trabalho. Os dados obtidos na pesquisa que realizamos, junto às 14 ouvidorias em atividade no Brasil, mostram que a agilidade e rapidez nas respostas, conferida por equipes enxutas, têm dado resultados promissores até o momento.



**Título da Comunicação** O Brasil e a CPLP

**Autor** SHIGUENOLI MIYAMOTO (shiguenoli@gmail.com)

**Instituição** Univ. Estadual de Campinas/Brasil, Professor Titular

### RESUMO

O texto analisa as relações do Brasil com os países da comunidade de língua portuguesa, sobretudo nos últimos anos. Ênfase é concedida, tanto no relacionamento político, quanto econômico e cultural, abordando-se, igualmente, o papel exercido pelo bloco no contexto internacional. Um dos objetivos do texto é verificar a importância real concedida pelo governo brasileiro à CPLP, uma vez que essa última tem ocupado espaço considerável no discurso da diplomacia brasileira, que enfatiza o diálogo Sul-Sul como uma de suas prioridades.

página 1

COORDINADORA: Carmen Amado Mendes, Univ. Coimbra

**Titulo da Comunicação** Nacionalismo e Pragmatismo: faces da mesma moeda ou realidades intrinsecamente excludentes?

**Autor** DANIEL CARDOSO (daniel.oliveira.cardoso@gmail.com)

**Instituição** Mestrando em Relações Internacionais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

## RESUMO

A Política Externa Chinesa é, actualmente, dominada por dois vectores: nacionalismo e pragmatismo. Ambos lançam luzes faóricas essenciais para compreender as opções estratégicas das China na actualidade. Por tal torna-se necessário defini-los e compreendê-los, nas suas dimensões e relações. Assumindo cada um dos vectores como conceitos amplamente complexos e multifacetados, pretende-se demonstrar que estes estão longe de serem realidades isoladas. Entre eles existe coerência, fundamentada pelos objectivos de longo-prazo da Política Externa Chinesa, ou seja assumir novamente uma posição de destaque a nível internacional. Sustenta-se, portanto, que não existe uma China nacionalista e uma China pragmática, apenas uma China ambiciosa. Heitor Romana e Guisheng Zao falam de um "nacionalismo pragmático", que tem dimensão interna e externa e que se assume como meio essencial para garantir os objectivos estratégicos.

Título da Comunicação	República Popular da China - Dois Sistemas, Um Futuro
Autor	RICARDO FERREIRA ()
Instituição	Finalista do curso de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

## RESUMO

O desenvolvimento e ascensão, as ambiguidades, objectivos e modos de acção constituem elementos fundamentais para uma análise criteriosa do debate actualíssimo sobre o papel da República Popular da China para o século XXI. Tomando de proa a doutrina de Deng Xiaoping o que se espera é concretizar a apresentação de alguns dualismos intrínsecos à análise deste estado de caso: o embate da prática capitalista com a ideologia socialista, a aposta na geopolítica continental ou marítima, o abraçar de uma política externa determinada e combativa ou o percurso "low-profile".

Importará, sobretudo, desmistificar o percurso, não poucas vezes considerado ameaçador, da que se avizinha ser a emergente superpotência deste novo século, na perspectiva da sua política externa, das mudanças estruturais que no domínio interno se prefiguram e, obviamente, o impacto destes factores na política externa da restante comunidade internacional.

Não pretendendo formular doutrinas ou estabelecer trajectórias dogmáticas, a comunicação proposta é a continuação do debate, uma visão despretensiosa sobre esta temática.

ção da Comunicação

A sobrevivência de Taiwan no sistema internacional: entre a cooperação e o conflito

autor

JORGE TAVARES DA SILVA (jts.ave@gmail.com; jts.ave@iol.pt)

stituição

Docente no ISCIA (Instituto Superior de Ciências de Informação e Administração), Aveiro. Doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

## RESUMO

A pequena ilha de Taiwan representa no mapa geopolítico internacional uma anomalia diplomática e política ainda longe de uma solução. Situada a 160 quilómetros da costa sueste da República Popular da China (RPC), o pequeno território foi refúgio das hostes nacionalistas após 1949, representando para a China popular uma questão de soberania inegociável. Por diversas vezes a intervenção armada esteve iminente, e por outras tantas apaziguada, muito pela ingerência dos Estados Unidos, que têm provocado uma alternância de poderes ao longo de várias décadas. Entretanto, desde o início do decénio de 1970, quando a China se aproxima dos Estados Unidos, o pequeno enclave fica votado a um apartheid político e à inoperante "estratégia de ambiguidade" de Washington. Hoje, procura desesperadamente a sua sobrevivência no sistema internacional, oscilando entre a visão liberal daqueles que defendem que a cooperação económica lhes trará o apaziguamento das tensões; e a visão realista daqueles que apenas acreditam na sua resolução pelo confronto de poderes e pela voz das armas. O presente ensaio resulta do escrutínio destas duas tendências, das suas várias variáveis, sem esquecer uma análise crítica sobre o posicionamento e o estatamento dado a este pequeno território.

Título da Comunicação	The role of international NGO shaping Chinese civil society
Autor	DORA MARTINS (dora.martins@gmail.com)
Instituição	Portuguese Institute of Sinology, Director of the Center for Politics and International Relations

## RESUMO

Although States have always played a central role in international relations, numerous non-state actors, such as NGO and foundations, have acquired increasing visibility as international actors. Robert Keohane and Joseph Nye (1971) proposed the substitution of a state-centred paradigm by a world politics paradigm where international relations are transnational.

Analogously to the transnationalization of issues that states must solve, civil society's capability also grows to international field. The concept of civil society as defined by Hegel like "an intermediate realm between the family and the state, where individual becomes a public person", broadens significantly to the international system. Although the concept of "global civil society" only emerged in the nineties, this phenomenon already existed in the late nineteenth century and in the 1960s it acquired supraterritorial attributes according to Jan Aart Scholte. Still according to this scholar, "global civil society encompasses civil activity that (a) addresses transnational issues; (b) involves transborder communication; (c) has a global organization; (d) works on premise of supraterritorial solidarity." [1]

In our study we just include the NGO which have transnational links not just communication links but also in the field of actuation. These organizations have an important role influencing global issues and each countries society and politics. I will analyse this role in Chinese civil society.

[1] SCHOLTE, Jan Aart - "Global civil society", LITTLE, Richard and SMITH, Michael (ed), *Perspectives on World Politics*, 3rd edition, London & New York: Routledge, 2006 (1980), p. 214.

Área da Comunicação	Cooperação e competição no eixo Pequim - Moscovo: oportunidades e desafios à ascensão chinesa na Ásia Central
Autor	GINA GOMES SOARES (soares.gina@gmail.com; ginagsoares@hotmail.com; gs@ieci.pt)
Afilição	Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (Estagiária - Assistente de Investigação)

## RESUMO

O recente crescimento do poderio chinês em múltiplas vertentes e as transformações no sistema internacional intensificaram a formulação de teorias e a discussão de cenários futuros relativamente à política externa de Pequim. Na intensificação das suas relações externas salienta-se a primazia que Pequim tem vindo a atribuir à Ásia Central. Com uma abordagem multidimensional a esta região de acrescida importância estratégica, a China encontra aí presentes os seus principais interesses nacionais ao nível da segurança, da economia, dos recursos energéticos e da cooperação política. Estes intersectam directamente com os de outras potências presentes na região como acontece, por exemplo, com a Rússia, para quem a Ásia Central constitui o seu *strategic backyard*.

A relação entre Pequim e Moscovo é um misto de *engagement* e contenção em que pragmatismo e interesses constituem as palavras-chave. A sua evolução desde o final da II Guerra Mundial inclui as fases de antagonismo histórico, normalização das relações, intensificação da cooperação e edificação de uma parceria estratégica em 2001. Na actualidade, objectivos comuns como o comércio de armamento, os recursos energéticos e oposição à hegemonia norte-americana impõem a cooperação, enquanto interesses próprios como o acesso a mercados e a projecção de influência denunciam uma rivalidade latente. Todos estes elementos de cooperação e competição são claramente presentes na Ásia Central, o que, aliada à importância actual da região e à hipótese de ressurgimento de um novo "grande jogo", justificam a sua inclusão como estudo de caso.

Ultrapassando a análise histórica da relação sino-russa, o objectivo central desta comunicação é perceber a dinâmica de interacção entre os dois actores asiáticos e de que forma esta favorece, condiciona ou desafia os objectivos nacionais definidos por Pequim. Colocando a questão noutros termos, trata-se de perceber de que forma a relação da China com a Rússia funciona como um instrumento na sua estratégia para a Ásia Central e, como objectivo último, na sua estratégia de projecção internacional.

Título da Comunicação	A República Popular da China em África: o afirmar de um novo neocolonialismo ou uma parceria estratégica de benefício mútuo para o séc. XXI?
Autor	JOÃO BIXIRÃO (joao.bixirao@gmail.com)
Instituição	Mestrando em Ciência Política e Relações Internacionais do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa)

## RESUMO

No seu trajecto de ascensão na hierarquia do poder mundial, a República Popular da China (RPC) tem sentido, especialmente desde o final da Guerra Fria, a necessidade de criar esferas de influência de poder que possa controlar e usar como "leverage" no sentido de rivalizar com as outras super-potências internacionais. O continente africano tem sem dúvida servido, desde os anos 90 do séc. XX, como uma dessas esferas de influência chinesa e que tem sido usado pela RPC como uma importante alavanca no seu processo de crescimento e desenvolvimento. Porém, o apoio que a RPC busca em África não é apenas político. O relacionamento sino-africano tem assumido características que muitos autores e investigadores especializados nesta área apelidam claramente de neocolonialistas. A avidez com que a RPC tem disputado, sem olhar a meios, os recursos naturais africanos (que têm sido decisivos na sustentação do crescimento económico chinês), os acordos que estabelece com governos africanos de índole muito questionável e até a criação de elementos fortes de ligação socio-cultural entre a RPC e o continente africano, demonstram bem o carácter neocolonialista da Política Externa chinesa em África. Estas características da Política Externa da RPC para África, aproximam-na sem dúvida das estratégias coloniais e neocoloniais exercidas quer pelas ex-metrópoles coloniais europeias ao longo do séc. XX, quer pelas duas superpotências que se digladiaram durante a Guerra Fria e que muitas vezes usaram o continente africano como arena de combate. Será então, neste novo século, a estratégia chinesa para o continente africano mais um novo e inevitável neocolonialismo? No entanto, a estratégia chinesa em África tem sofrido alguns revezes. A insatisfação e contestação das populações africanas que têm sido prejudicadas com a atitude exploradora chinesa, os governos africanos que se têm insurgido contra algumas atitudes impositivas, de ingerência e prepotência da RPC, assim como uma maior atenção por parte da UE e dos EUA em relação ao expansionismo chinês em África, têm colocado alguns entraves às ambições chinesas. Assim, poderão e quererão os governos africanos escapar a esta intenção neocolonial chinesa e transformar a relação sino-africana numa parceria estratégica de benefício mútuo? E a RPC? Como encaram os chineses estes desenvolvimentos mais recentes na sua relação com África? Estarão dispostos a ceder a uma parceria de benefício mútuo e assumirem-se como potência benevolente?

Sala 2

MODERADOR: André Freire, ISCTE

**Título da Comunicação** As Elites Portuguesas e a UE: Resultados do Inquérito do Projecto INTUNE (2007)

**Autor** PEDRO LAVAREL DE ALMEIDA, ANTÓNIO COSTA PINTO E J. PEDRO RUIVO ()

**Instituição** Univ. Nova de Lisboa; ICS-UL

**Título da Comunicação** A Opinião Pública Portuguesa e a UE: Resultados do Inquérito do Projecto INTUNE (2007)

**Autor** ANDRÉ FREIRE, MARINA COSTA LOBO, PEDRO MAGALHÃES E JOSÉ SANTANA PEREIRA ()

**Instituição** ICS-UL



Título da Comunicação	Left-Right Orientations Among Europeans: Increasingly Centrist and/or Irrelevant?
Autor	ANDRÉ FREIRE (andre.freire@iscte.pt)
Instituição	Assistant Professor in Political Science and Methodology, ISCTE - Lisbon University Institute

## RESUMO

Several studies reveal that there is little empirical support for the 'end of ideology' thesis. However, we know that there has been a drive towards the centre(-right) of the major centre-left parties, which have been converging with the neoliberal consensus, and that the clarity of policy alternatives offered by political parties do count for the way citizens think about (and make use of) the left-right divide. Moreover, there are several claims by politicians (usually, but not exclusively, from the right), political commentators and journalists that the left-right divide is no longer useful to understand politics of our times. The major research questions in the present paper are the following. First, are left-right orientations losing their relevance for individual electors in (the East and West) European countries? Second, are the electorates in (the East and West) European countries moving towards the centre? And what does to be centrist really mean?

Titulo da Comunicação Party-based Euroscepticism in Western and Eastern Europe

Autor FLORIAN HARTLEB (florian\_hartleb@web.de)

Instituição PhD, Research assistant, University of Technology Chemnitz, Germany

## RESUMO

Concerns about a "democratic deficit" and the distance between European elites and publics have come to be a common feature of European politics. As a consequence, Euroscepticism has become part of the terrain of conflict between political parties across Europe. For some authors, Euroscepticism represents one of the great recipes for success of the new anti-establishment parties in the European Union, opposing Europeanization and globalization and occupying some fields of policy along the globalism/nationalism cleavage. In my research, I want to analyze how and in which extent Euroscepticism plays a role in the Western and Eastern European party systems. Are there connections existing between eurosceptic parties and the political and economic dimension?

The formation of a parliamentary group of extreme right named Independence, Tradition, Sovereignty (ITS) inevitably raises the question, whether the presence and influence of the extreme right within the European Parliament will lead to an increase of effectiveness of the extreme right outside the EP by now having access to a new common platform. Thus forming a movement represented at the European level and possessing trans-national links and interests, will the formalisation of the extreme right with parties from Western and Eastern Europe lend legitimacy to their rhetoric at both national and European level?

## Sala 3

MODERADOR: Pedro Tavares de Almeida, Univ. Nova de Lisboa

<b>Título da Comunicação</b>	Transforming City Dwellers into Peasants: A New Task for the Landless Rural Worker's Movement in Brazil
<b>Autor</b>	JULIO JAVIER AGUAYO (jaguayo@ycp.edu)
<b>Instituição</b>	Assistant Professor, History and Political Science Department, York College of Pennsylvania

## RESUMO

The Movimento Sem Terra - MST is the world's largest social movement. It provides an alternate route to improving living conditions for millions of Brazilians through land reform and political awareness campaigns. Originally most of MST members were peasants, however nowadays the vast majority of them come from large cities such as Sao Paulo, Rio de Janeiro and Belo Horizonte.

The ideology of the movement is clearly inspired by Marxist discourse and advances the ideal of class struggle within the framework of what they call "bourgeois" democracy. The MST is perceived by wide sectors of the Brazilian public as a radical organization because of its militant outlook and its preferred strategy of land invasions frequently involving confrontations with the police.

This paper takes a closer look to the actions of the MST in the Brazilian cities. It describes the process by which members are recruited in the shanty towns, organized and informed of the goals of the movement. In the cities the MST makes alliances with other community movements such as soup kitchens, defense committees, homeless associations and community revitalization associations, among others. When looking specifically at the MST, my research highlights the existence of an ongoing process of identity transformation among urban dwellers. This is a process of creation of a political conscience in which landlessness loses its rural reference and becomes a category where all those who had been neglected by Brazil's economic development model are welcome. To be a sem terra is almost equivalent to a state of mind, an awareness that the only way in which they can survive is by being militant and organized.

Título da Comunicação Desigualdade Federativa no Brasil e Canadá

Autor JOSÉ DEOCLECIANO SILVA JÚNIOR (808@uniceuro.edu.br;  
deocleciano23@superig.com.br)

Instituição Centro Universitário Uniceuro – Professor do Programa de Mestrado em  
Ciência Política – Brasília, DF, Brasil

## RESUMO

O trabalho proposto é um estudo comparado sobre as federações brasileira e canadense a partir dos processos de alteração constitucional ocorridos nas décadas de 1980 e 1990 nestes dois países. Para realização deste estudo foi feita a distinção entre os termos federalismo e federação. O termo federação permite ressaltar um aspecto pouco explorado nos estudos acerca dos arranjos federativos que é a questão da desigualdade. A desigualdade federativa é uma característica presente em todas as federações e no contexto desta tese a possui três dimensões, a saber: Estruturas Políticas, Produção e Impostos e Aspectos Populacionais e étnico-culturais. Estas dimensões são aspectos presentes nas negociações em torno de alterações constitucionais e são objetos de barganha. A hipótese presente é que tanto no Brasil quanto no Canadá o colapso da barganha em torno das desigualdades federativas é um dos fatores que explicam a manutenção e o funcionamento das federações em contextos de modificação constitucional.

<b>Título da Comunicação</b>	Executivo e legislativo no Brasil e Chile em perspectiva comparada: de quem é o protagonismo?
<b>Autor</b>	LUCIANA SANTANA (luhist@yahoo.com.br)
<b>Instituição</b>	Universidade Federal de Minas Gerais e USAF - Doutoranda em Ciência Política

## RESUMO

Esta proposta tem por objetivo analisar, em perspectiva comparada, os efeitos do presidencialismo de coalizão sobre o comportamento parlamentar em dois países da América do Sul, no período pós-democratização: Chile e Brasil. Busca identificar se, e em que medida, os diferentes tipos de montagem e a manutenção das coalizões governativas afetam a capacidade dos parlamentares em alterar e modificar as proposições legislativas do Executivo.

Tal escolha analítica terá como foco central a análise das interações entre os Poderes Executivo e Legislativo na arena Legislativa, com atenção especial aos movimentos de agentes parlamentares alinhados no eixo Governo e Oposições e a capacidade de modificação de tais iniciativas pelos parlamentares ao longo desse processo.

O argumento central deste projeto é o de que, apesar da concentração de poderes nas mãos dos presidentes e do seu alto grau de protagonismo e sucesso legislativo, os parlamentares também atuam de forma ativa sobre o processo de tramitação dos projetos legislativos do Executivo. São atores dotados de capacidades para alterar e modificar o processo político sejam eles pertencentes ou não à coalizão de governo. Defende-se, portanto, que os parlamentares possuem em suas mãos alternativas factíveis para a acomodação de interesses e a solução de conflitos intracoalizão ou entre o governo e as oposições.

## Auditório 3

MODERADOR: Carlos Jalali, Univ. Aveiro

Título da Comunicação	Novas oportunidades? A estrutura de oportunidades para patronagem política ao nível local
Autor	MARIA LUÍS ROCHA PINTO E FILIPE TELES (mhuispinto@ua.pt, filipe.teles@ua.pt)
Instituição	Profª. Auxiliar, Universidade de Aveiro; Assistente e Doutorando em Ciência Política, Universidade de Aveiro

## RESUMO

Uma nova configuração da patronagem política identifica-a enquanto instrumento disponível para o controlo dos processos de políticas públicas, cada vez mais fragmentados e complexos (Rhodes, 1996; Pierre e Peters, 2001). Ao nível local, esta realidade, associada ao processo de transição para um paradigma de governança (Stoker, 2000; John, 2001), coloca novas exigências aos agentes políticos, à sua acção e liderança. O recurso a instrumentos de nomeação política nos sectores público e semi-público (Kopecký e Mair, 2006) poderá, eventualmente, constituir uma resposta a estes novos desafios.

Procuraremos, nesta comunicação, identificar os desafios que se colocam à governação local, justificativos de uma maior necessidade de controlo sobre a complexa rede de organizações associadas à produção de políticas públicas, ao mesmo tempo que identificaremos os instrumentos disponíveis de patronagem. Incidiremos a nossa análise na evolução do enquadramento legal português relativo à administração local nos últimos 30 anos, procurando avaliar se o enraizamento da patronagem política foi, desta forma, potenciado. Será dada uma atenção particular aos dados relativos à constituição de empresas municipais e ao seu eventual contributo para o desenvolvimento de uma nova forma de patronagem política ao nível local.

Título da Comunicação	A Intensidade da Patronagem Política nas Democracias Recentes
Autor	MARCO LISI E CARLOS JALALI (marcolisi@sapo.pt; cjalali@ua.pt)
Instituição	Instituto de Ciências Sociais – bolseiro de pós-doutoramento; Prof. Auxiliar, Universidade de Aveiro

## RESUMO

A literatura sobre patronagem tem evidenciado a importância deste fenómeno não apenas para conquistar um maior consenso eleitoral mas também para controlar as políticas e sustentar as organizações partidárias. Um dos primeiros estudos sobre patronagem (Dalton 1966) distinguiu entre a intensidade e a extensão desta prática política. Nesta comunicação privilegia-se a primeira abordagem, considerando por que razões em alguns países o recurso às nomeações é mais evidente do que em outros. O objectivo deste trabalho é explorar as diferenças no grau de patronagem nos regimes democráticos da “terceira vaga”. Apesar das dificuldades operacionais que o conceito de patronagem implica, utilizar-se-á como indicador as despesas relativas ao governo central e aos funcionários. Esta é de facto uma das arenas em que se manifesta de forma mais evidente o fenómeno da patronagem política. No modelo elaborado a selecção das variáveis independentes baseia-se essencialmente nos factores económicos e políticos. Através da análise longitudinal será possível evidenciar os elementos que explicam as diferenças na intensidade da patronagem nas democracias analisadas. Qual é a importância dos factores políticos na explicação de diferentes graus de patronagem? Qual o papel das constricções internacionais e das características institucionais? Estas são as principais perguntas a que este trabalho procura responder através de uma abordagem comparada.

Área da Comunicação	Recompensas dos Altos Cargos: Portugal em Perspectiva Comparada
Autor	DIOGO MOREIRA E PATRÍCIA SILVA (diogo.moreira@ics.ul.pt; patriciasilva@ua.pt)
Instituição	ICS-UL; Univ. Aveiro

## RESUMO

No seguimento do estudo pioneiro de Hood e Peters (Rewards at the Top, Sage, 1994), é nosso objectivo utilizar a informação disponibilizada pelo projecto sobre Patronagem Política (Univ. de Aveiro, ICS-UL, CES-UC) para contextualizar quais as recompensas (salários e outras formas de remuneração) que o Estado português oferece aos seus mais altos cargos, e sobretudo colocá-las em perspectiva comparada e, se possível, longitudinal, com os seus congéneres de outros países. Sendo uma questão que facilmente tem grandes implicações em termos de políticas públicas, para além de uma recolha de dados empíricos, procuraremos utilizar o enquadramento teórico da obra acima citada de forma a determinar a sua aplicação ao caso português.



<b>Título da Comunicação</b>	A legislação enquanto instrumento da patronagem política? A evolução no enquadramento legal das nomeações políticas em Portugal
<b>Autor</b>	PATRICIA SILVA (patriciasilva@ua.pt)
<b>Instituição</b>	Doutoranda em Ciência Política, Univ. Aveiro

## RESUMO

O conceito de patronagem política tem vindo a assumir novas configurações. Em particular, a investigação tem-se desenvolvido em torno da patronagem política tomada como um instrumento através do qual os partidos asseguram a possibilidade de intervenção no processo de definição e implementação de políticas públicas, controlando, ao mesmo tempo, os fluxos de informação provenientes de vários quadrantes do domínio político-estatal (Kopecký e Mair, 2006). Desta forma, a patronagem política tem contribuído para a continuada influência dos partidos políticos no sistema político (van Biezen, 2004). Dado o impacto da patronagem nos novos paradigmas de governação, esta comunicação examina o uso da legislação enquanto instrumento (e reflexo dos padrões) de patronagem política. Interessa, em particular, detectar o potencial alcance e extensão da patronagem política por parte dos partidos e a sua evolução ao longo do tempo, explorando também como novas arenas têm sido geradas, sobretudo no sector quase-público. Desta forma, será possível avaliar o modo como as normas legais podem condicionar um enraizamento da patronagem.

**Titulo da Comunicação** Party Patronage in New Democracies: How Much, Where, and Why?

**Autor** PETR KOPECKY & PETER MAIR(KOPECKY@PSW.leidenuniv.nl;  
Peter.Mair@UIEL.it)

**Instituição** Department of Political Science, U. Leiden, Holanda; Instituto Universitário  
Europeu - Florença & U. Leiden

## RESUMO

Party patronage can be seen as one of the ways through which political parties try to rent-seek within the state and use the state resources for the purposes of party building. Access to patronage can provide party leaders with the means to reward organizational loyalty, cement electoral support, or develop corrupt practices. This paper explores the scale, institutional location and dominant motivation for patronage practices in new democracies. The first section of the paper reviews some existing concepts of particularistic exchanges, disentangles the relationships among them, and situates the concept of party patronage within this context. Based on the definition of patronage as a practice of appointments, the second section presents and discusses three hypotheses related to party patronage in contemporary new democracies. The final section then offers a preliminary test of these hypotheses. The evidence used to test the hypotheses comes from an original large-scale expert survey into patronage practices in four new democracies: Argentina, Bulgaria, Ghana, and South Africa.

**Título da Comunicação** Política, Caciques e poder político no Estado Novo

**Autor** JOSÉ REIS SANTOS (josereissantos@gmail.com)

**Instituição** Mestrando, FCSH-UNL

## RESUMO

O Estado Novo procurou, politicamente, instaurar não só um novo regime político mas também uma nova forma de estar na política. A construção sistémica produzida nos anos 30 assentava, entre outras características, num diálogo de confronto com a experiência anarquizante da I República, apresentando-se o Estado Novo como o modelo pacificador, autoritário e moderno.

Nesta relação de antagonismo a nova situação demarcava-se do sistema caciquista, regionalista e decadente da I República, que identificava com as tradicionais fórmulas de aproximação entre o poder político central e as realidades políticas locais ou regionais. É, entre outras razões, um dos motivos da construção de um sistema eleitoral maioritário e de círculo nacional. Os deputados a eleger no novo regime já não eram dependentes de lógicas locais, o que naturalmente induzia a formas de patronagem política, mas antes deputados nacionais, desligados da velha forma de fazer política.

Este era o discurso. Seria esta a realidade? Nesta apresentação procuramos responder a esta questão, almejando um duplo objectivo: expor o sistema de relações políticas no Estado Novo e confrontá-lo com o existente na I República. Que continuidades de rupturas encontrarmos?

2013.21

Sala 1

MODERADOR: Carlos Jalali, Univ. Aveiro

**Grupo de Comunicação** Claridad de Responsabilidades y voto económico en contextos de gobierno multinivel. El caso de Andalucía.

**Autor** BRAULIO GÓMEZ FORTES E IGNACIO URQUIZU SANCHO (bgomez@iesae.csic.es; iurquizu@ceacs.march.es)

**Instituição** Instituto de Estudios Sociales Avanzados de Andalucía (CSIC); Instituto Juan March

## RESUMO

En las últimas dos décadas, el análisis institucional ha ganado gran protagonismo en los trabajos de ciencia política y economía. Dentro de esta literatura, se ha desarrollado la hipótesis de la 'claridad de las responsabilidades'. La idea principal es: si el poder está dividido, los ciudadanos no son capaces de asignar responsabilidades al gobierno. Pero, si esta hipótesis es cierta, ¿cómo explicamos, por ejemplo, el comportamiento electoral en gobiernos multinivel? A pesar de la voluminosa literatura sobre voto económico, ésta ha dedicado escasa atención al contexto institucional. Concretamente existen pocos estudios sobre el funcionamiento del voto económico en gobiernos descentralizados, en los que coexisten un presidente autonómico y un presidente nacional.

En esta ponencia pretendemos presentar un análisis exploratorio y preliminar del comportamiento electoral de los andaluces, comparando su voto al Gobierno central y al Gobierno autonómico. La pregunta que surge es: ¿se comportan de forma distinta los andaluces según el tipo de elección? ¿Qué variables pesan más en cada una de las elecciones? Para ello, utilizaremos los barómetros de opinión pública de Andalucía entre 1996 y 2006.

Título da Comunicação	El impacto de los sistemas electorales en el particularismo legislativo latinoamericano y español
Autor	PATRICIA MARENGHI (pmarenghi@usal.es)
Instituição	Instituto Interuniversitario de Iberoamérica, Universidad de Salamanca, España. Investigadora.

## RESUMO

A partir del análisis de los proyectos de ley iniciados por los legisladores en los Congresos de Argentina, Chile, Uruguay, Colombia, Costa Rica y España este trabajo pone a prueba la hipótesis planteada por Cox y McCubbins -hipótesis que ha recorrido gran parte de la literatura sobre sistemas electorales- de que aquellos sistemas que incentivan el voto personal tienden a generar políticas con beneficios particularizados.

En este sentido, el trabajo clasifica primero a las iniciativas legislativas distinguiendo entre aquellos proyectos que son más "targetable" (es decir, focalizados en bienes locales públicos o en bienes privados) de aquellos que no lo son (es decir, aquellos que proveen bienes públicos puros).

Posteriormente, pone a prueba la hipótesis de que mientras más "centradas en el candidato" sean las elecciones -y los procesos de selección de los candidatos-, más incentivos tendrán los representantes para conseguir beneficios a través de políticas focalizadas para sus bases electorales.

Analizar las posiciones de los legisladores con respecto a los intereses que defienden en el ámbito parlamentario resulta de crucial importancia para comprender las bases sobre las que se asientan dinámicas políticas fundamentales y que afectan directa o indirectamente a los resultados en otros campos. Explicar los mecanismos y los factores que las condicionan, por otra parte, contribuye a determinar las posibles causas de los retos que enfrentan las democracias de América Latina en términos de representación y de gobernabilidad.

Titulo da Comunicação	Reformas eleitorais em perspectiva comparada (1800-2002): Mudança e estabilidade nas regras eleitorais
Autor	ANDRÉ MARENCO (amarenco@terra.com.br)
Instituição	Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

## RESUMO

Nas últimas décadas, estudos comparados convergiram para a premissa que instituições reportam, resolvendo problemas de coordenação e induzindo preferências, comportamentos e outcomes públicos (North, 1990; Osrom, 1990; Shepsle, 1995). Exemplo das consequências produzidas por diferentes configurações institucionais pode ser localizado na identificação dos efeitos produzidos pelas regras eleitorais sobre a competição partidária e seus incentivos ao voto estratégico (Duverger, 1954; Nohlen, 1981; Fischella, 1984; Taagepera, 1984; Lijphart, 1990; Sartori, 1996; Blais & Massicotte, 1996; Cox, 1997; Blais, Young & Turcotte, 2005), nos mecanismos de alocação de sobras, nas consequências geradas pela magnitude eleitoral (Rae, 1967; Taagepera & Shugart, 1989) e pelo modelo de listas adotado (Carey & Shugart, 1996; Crisp et alii, 2004; Norris, 2004). Uma lacuna presente nos estudos sobre instituições políticas e regras eleitorais pode ser localizada na explicação sobre a escolha das instituições, sua formação, estabilidade, variações nos modelos adotados, fatores de decadência e mudança institucionais.

Este trabalho examina em que medida mudanças nas regras eleitorais em democracias são condicionadas pela configuração eleitoral prévia, seguindo um modelo Path-dependent. A hipótese adotada consiste em que reformas eleitorais são menos prováveis quanto maior o tempo de existência do modelo eleitoral anterior e, se adotadas, são limitadas pelo formato institucional prévio. Para testar esta hipótese, foram examinadas 84 reformas nas regras eleitorais promovidos em sistemas competitivos, entre 1800 e 2002. Foram consociadas mudanças nas fórmulas de representação eleitoral (majoritários, RP, mistos) e procedimentos de ordenamento de candidatos (listas fechadas, voto preferencial). Os resultados apoiaram as premissas que orientaram o estudo, confirmando os efeitos restritivos exercidos pelo tempo e pelo status quo institucional sobre as reformas eleitorais.

Título da Comunicação	Sistema Partidário e Volatilidade Eleitoral: A Transição Democrática e a "Abertura" do "Mercado" Político no Brasil
Autor	PAULO SÉRGIO PERES (psperes@unifesp.br)
Instituição	Professor Dr. Adjunto de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais

## RESUMO

A apresentação tem como proposta a consecução de dois objetivos. O primeiro é analisar a volatilidade eleitoral brasileira comparativamente, considerando-se os índices de países da América Latina, do antigo bloco soviético e da Europa Ocidental. Neste caso, minha intenção é avaliar até que ponto a instabilidade do sistema partidário brasileiro seria realmente tão elevada, em termos relativos e absolutos, conforme sugerido pela literatura temática. O segundo objetivo é explorar uma interpretação alternativa para os índices encontrados no Brasil, na tentativa de defender uma explicação contra-intuitiva, qual seja, a de que a volatilidade relativamente elevada no recente período democrático, ao invés de ser um indicador de crise de institucionalização sistêmica, seria, na verdade, um indicador do processo de institucionalização do atual sistema multipartidário, com a formação de um mercado eleitoral realmente competitivo.

Artigo da Comunicação Berlusconi and Prodi: who assembles a better set of frames?

Autor MARCO MAZZONI (marco.mazzoni@unipg.it)

Instituição Researcher, Dipartimento Istituzioni e Società, Facoltà di Scienze Politiche,  
University of Perugia

## RESUMO

This article examines how the strong radicalization, stemmed from the new electoral system, has affected the mass media coverage on the last electoral campaign in Italy. The hypothesis is to demonstrate how the political personalization, represented by center-left incumbent Berlusconi and center-right hopeful Prodi, has maneuvered the building of frames via newspaper coverage. The article begins with an overview of the principle theoretical problems followed by an in-depth analysis of possible connections among media agenda influence. It then continues to discuss the dynamics of the opinion climate and the electoral campaign. Finally, through the study of the content published by the major Italian newspapers a month before the Election Day (April 9, 2006), the relationship between frames and the two political coalitions is derived. In conclusion, the article yields a high level of insights as to which coalition has exerted more impact on the mass media coverage and on the voters' perception.



Título da Comunicação	A terceira margem: a evolução da mobilidade eleitoral em Portugal
Autor	MARCO LISI (marcolisi@sapo.pt)
Instituição	Instituto de Ciências Sociais - bolsheiro de pós-doutoramento

## RESUMO

A capacidade dos partidos de atrair o consenso dos eleitores indecisos e com uma menor "ancoragem" partidária é essencial na competição inter-partidária. Vários autores sublinharam que, nas democracias contemporâneas, os laços entre eleitores e partidos se tornaram mais flexíveis e temporários, contribuindo para o aumento da mobilidade eleitoral. A diminuição da identificação partidária, a influência dos líderes e o impacto da conjuntura económica são factores que aumentaram a relevância do segmento eleitoral mais indeciso e instável. Isto reflecte-se, porém, nos esforços crescentes dos partidos no sentido de privilegiarem a conquista dos eleitores mais "independentes". Este estudo procura explorar o fenómeno da volatilidade a nível individual à luz dos estudos sobre o comportamento eleitoral. Esta comunicação basear-se-á no caso português adoptando uma abordagem longitudinal a partir das bases de dados disponíveis para o período democrático. A primeira parte ocupa-se da evolução quantitativa do "mercado" eleitoral e da sua relação com as oscilações de voto a nível agregado. Em segundo lugar, procurar-se-á traçar o perfil dos eleitores indecisos e instáveis através da evolução das características socio-demográficas. A última parte dedica-se à elaboração de um modelo teórico para explicar o comportamento deste segmento importante do eleitorado, procurando evidenciar os factores mais importantes que influenciam a mudança das orientações dos eleitores e a instabilidade eleitoral. Neste sentido, a literatura apresenta duas perspectivas diferentes que relacionam a volatilidade eleitoral com a maior mobilização cognitiva dos cidadãos, por um lado, ou com a apatia e a maior marginalidade, por outro. A capacidade destes paradigmas teóricos de explicar os resultados empíricos será depois avaliada numa perspectiva comparada, tendo em consideração os estudos eleitorais que exploram este fenómeno no conjunto dos países europeus.

COORDERADOR: Francisco Proença Garcia, IESM/IEP-UCP

Artigo da Comunicação Os conflitos armados na era da Informação

Autor FRANCISCO PROENÇA GARCIA (fmgppg@netcabo.pt)

Instituição Instituto de Estudos Superiores Militares; Professor de Estratégia.  
Instituto de Estudos Políticos, Professor de Polemologia.

## RESUMO

A Guerra é um fenómeno global, com expressão em todas as regiões do mundo, da Europa à Oceânia, das Américas à Ásia, passando por África, sendo a sua problemática reconhecida como central por todos os estudiosos das Relações Internacionais, motivo pelo qual nos propomos apresentar um breve ensaio sobre esta temática.

De forma a responder a este desafio articulámos esta apresentação em duas partes distintas mas interrelacionadas. Na primeira parte é traçada uma perspectiva da transformação da natureza dos conflitos armados. Esta breve análise permite-nos, desde logo, verificar o quão profunda tem sido a evolução do fenómeno guerra. De facto, evoluiu-se de um modelo trinitário clausewitziano para um modelo de guerra irregular, global, assimétrica e permanente, sem uma origem clara e que pode surgir em qualquer lugar.

Na segunda parte tentamos caracterizar as guerras da era da informação. Aqui o cenário dominante é o da alta tecnologia, do espectáculo mediático e das baixas zero. Neste sentido apresentamos como breve exemplo a violência global permanente no Teatro de Operações do Iraque.

Título da Comunicação	Implications of the Environmental Degradation on the Security Agenda
Autor	DAVID BAYÓN RODRÍGUEZ (davebayon@hotmail.com)
Instituição	Ministry of Foreign Affairs and Cooperation of Spain; Expert Collaborator in Mediterranean Affairs

## RESUMO

The threat from climate change has grown over the past few years and its impact goes beyond the environment to the very heart of the security agenda. Worldwide demographic, environmental and societal stress, could lead to a world where criminal anarchy becomes the real strategic danger. Environmental Degradation could result in destabilisation and violence, jeopardising national and international security to a new degree. Deforestation, desertification, the depletion of natural resources – especially water- will cause on growing ethnic conflict, refugee movements and eventually lead to international instability, as well as being one of the most probable causes of war, as we are already seeing in some parts of the world.

Climate change will test and overstretch many societies' adaptive capacities within the coming decades. It will draw deeper lines of division in international relations, triggering numerous conflicts between and within countries over the distribution of resources, especially water and land, and over the management of migration. Particularly in weak and fragile states, environmental degradation would overwhelm local capacities to adapt to changing environmental conditions and reinforce the trend towards general instability.

Título da Comunicação    Novos conflitos internacionais – água como casus belli?

Autor    ANA ELISA CASCAO (ana.cascao@kcl.ac.uk)

Instituição    Estudante de Doutoramento, King's College

## RESUMO

Autores de diversas escolas das Relações Internacionais têm referido a possibilidade futura de um novo tipo de conflitos inter-estatais tendo como casus belli os recursos hídricos internacionais. A escola neo-realista alerta para a emergência de tensões político-diplomáticas em várias Bacias hídricas transfronteiriças e para eventuais “guerras de água” que poderão surgir entre a Turquia, Síria e Iraque (no Rio Tigre-Eufrates), Israel e Palestina (no Rio Jordão), ou o Egipto, Sudão e Etiópia (no Rio Nilo), por exemplo. A escola neo-liberal refuta a propensão para estas guerras e chama a atenção para o potencial da “água para a paz”, ou seja, que a cooperação em assuntos hídricos pode estimular a paz noutros sectores diplomáticos. O objectivo deste artigo é questionar as premissas teóricas destas duas perspectivas e introduzir um novo elemento na análise teórica – são as relações assimétricas de poder que determinam a existência de conflito ou cooperação hidropolítica. Para tal vai ser utilizada a conceptualização crítica de Poder desenvolvida por Steven Lukes[1].

<b>Título da Comunicação</b>	Media e reconstrução pós-conflito: uma crítica à intervenção internacional
<b>Autor</b>	SOFIA JOSÉ FIGUEIRA SANTOS (sofia.jose@portugalmail.com)
<b>Instituição</b>	Estudante do Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

## RESUMO

Este artigo tem como objecto de estudo os meios de comunicação social para a paz integrados no modelo de reconstrução pós-conflito das missões de paz das Nações Unidas.

O objectivo é fazer uma análise crítica a esses media, à luz da tensão entre a standardização do modelo e a exigência da especificidade das comunidades locais às quais essas missões se dirigem. O argumento principal é que apenas tendo em conta a realidade local é que se pode construir uma paz sustentável e duradoura, já que esta apenas é possível quando é inclusiva, auto-reflexiva e participativa, ou seja, quando reflecte a própria comunidade onde é construída, ainda que muitas vezes externamente apoiada.

Optou-se por um estudo de caso comparado - Radio Okapi e Radio Mandelco, ambas a emitir na República Democrática do Congo. A primeira rádio foi criada e apoiada pelas Nações Unidas (apesar de em parceria com a Foundation Hirondelle), que tem mantido a sua presença através da figura da MONUC desde 1999, enquanto a segunda constitui uma emissora comunitária, isto é, feita por cidadãos locais para a sua comunidade.

O propósito é identificar as dinâmicas de trabalho e a natureza da abordagem de reconstrução pós-conflito que cada emissora implementa e desenvolve e, comparando-os, verificar se os media para a paz integrados nas missões de reconstrução pós-conflito das Nações Unidas têm em atenção a especificidade do contexto ao qual se dirigem e, conseqüentemente, se constituem como um elemento de contribuição efectiva para a construção de uma paz positiva.

3

MODERADORA: Maria José Stock, Univ. Évora

Titulo da Comunicação The Politics and Governance of Climate Change: a European Perspective

Autor ANNETTE BONGARDT E FRANCISCO TORRES (abongardt@sapo.pt; ftorres@ice.ucp.pt)

Instituição Professora e Presidente do Conselho Científico, UML e no Instituto Nacional de Administração, e Senior Researcher, IEET; Professor e coordenador de investigação, IEE, Universidade Católica, e no Instituto Nacional de Administração

## RESUMO

Climate change and energy security are among the challenges facing the world whose resolution calls for international cooperation. In order to be able to shape international climate negotiations and global governance the European Union (EU) needs to find ways to forge global commitment.

This paper examines how the EU has come to assume the role of a global actor in regard to the environment and how its credibility depends both on its ability to honour international commitments and on its capacity to achieve internally environmental protection cum economic growth.

We show how both international climate negotiations and the internal implementation of commitments come to depend very much on EU governance. Also, we put forward that political and economic delivery is key for the external credibility of the EU and that it conditions the internal sustainability of the EU model (the maintenance of relatively high environmental and social standards which are instrumental for its competitiveness).

In regard to the implementation of targets, we discuss why delivery would be best achieved by making use of market-based instruments in a Europe-wide context, not only for reasons of socioeconomic efficiency but also for reasons of political feasibility.

Classificação: M21; H23, H44

Keywords: EU and National Governance; Climate Change; Europe-wide Emission Trading System; low-carbon economy; Environment and Energy Policies.

Endereço de A. Bongardt: <http://ideas.repec.org/f/pbo209.html>

Endereço de F. Torres: <http://ideas.repec.org/e/ptor29.html>

<b>Título da Comunicação</b>	A Política de Desenvolvimento Regional Europeia à luz do Desenvolvimento Sustentável
<b>Autor</b>	KARINE MARINHO DE CASTRO (karnecastro@hotmail.com)
<b>Instituição</b>	Mestranda do Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa – Lisboa

## RESUMO

A importância da política regional europeia nos dias de hoje vai além dos objetivos do desenvolvimento equilibrado e da coesão sócio-económica das suas respectivas regiões. A preocupação com os temas ambientais se tornou tão presente em nosso cotidiano que não se pode pensar em aplicar tal política europeia sem considerar as questões de Desenvolvimento Sustentável.

A dinâmica do processo europeu de desenvolvimento regional tem buscado introduzir questões que já foram alvos de debate no Conselho Europeu de Gotemburgo em 2001 em complementariedade à Estratégia de Lisboa firmada no ano 2000. As questões ambientais se tornaram pautas na agenda europeia, e neste contexto devia se enquadrar os objetivos de Lisboa, cujo caráter principal era o de criar uma economia do conhecimento em nível europeu mais competitiva do mundo. Porém, quando se quer criar uma sociedade do conhecimento deve ser assegurado que este chegue aonde as pessoas estão, de forma a conscientizá-las não só dos assuntos locais como também dos assuntos globais.

A preocupação em manter uma harmonia entre os indivíduos e o ambiente de maneira sustentada, de forma que a utilização dos recursos disponíveis não prejudique o acesso destes às gerações futuras, também tem tornado questões centrais ao desenvolvimento regional. A sinergia entre o homem, o espaço e o ambiente ao longo do tempo não podem passar despercebidos nessa dinâmica.

De acordo com essa perspectiva é que o desenvolvimento sustentável alinhado com as políticas de desenvolvimento regional seria um contributo aos problemas ambientais tão alarmados, considerar crescimento económico, inclusão social, criação de empregos, formação do cidadão com projetos de tecnologias em favor do ambiente são estratégias políticas que nenhuma região pode negligenciar, sobretudo a União Europeia. O problema, no entanto, consiste em sua aplicabilidade, ao caráter imediatista ou de curto prazo destes políticas regionais, muitas vezes elaboradas sem estratégias de sustentabilidade.

O impacto diverso da globalização aos problemas de desenvolvimento regional e de desenvolvimento sustentável tem permitido a Europa pensar numa estratégia conjunta para ambos os lados de forma que a sensibilização não só política mas também social possam criar soluções eficientes nos resultados esperados nessas áreas. Em meio aos desafios políticos, económicos e sociais do primeiro quartel do século XXI, é que a Europa pretende alinhar suas políticas de desenvolvimento, de maneira mais sustentável, coerente e com melhor impacto não só ao nível regional, mas sobretudo, ao nível global.

tema da Comunicação	Problem of the logic of decision-making process in the Council of the EU
autor	JANA HYNKOVA DVORANOVA (hynkova.jana@vlada.cz)
instituição	Foreign Policy Analyst, Section of the Prime Minister for Defense, Security and Foreign Policy, Office of the Government of the Czech Republic; PhD Candidate and Lecturer at Masaryk University Brno, Czech Republic

## RESUMO

Due to outstanding asymmetry in competencies of so-called institutional triangle (formed by European Parliament, Commission and Council of the European Union), the significance of the Council as the sole legislative institution and at the same time, the sole institution based on the intergovernmental principle, is highly considerable. Based on this fact, the interest of each member state to achieve the highest possible influence within this institution. Logically then, the behavior of all relevant actors is subdued to this goal and these actors seek the optimal tools in order to achieve it.

Currently, there are three voting modalities for decision making in the Council – unanimous voting, simple majority voting and qualified majority voting (QMV). Due to enlarging the scope of issues where QMV applies, this modality is the most discussed one while reforming the functioning of the EU. As of Single European act until the (future) ratification of the Reform Treaty, the basic functioning of the QMV is such as each member states dispose of certain, exactly defined number of votes. The weighing and (re-)distribution of these votes is one of the hottest issues during each round of enlarging the EU. The Reform Treaty which is now waiting for signature in December, changes dramatically this voting principle.

The goal of this paper is to investigate the logic of the decision making process in the Council as known in the present, and on the other hand in the context of changes, brought for consideration in the Reform Treaty. Primarily, the model or the institutional setup will be scrutinized, not the actual functioning itself.

In the first chapter of the paper, the analytical logic of the decision-making process design will be proposed and individual stages of setting (and/or reforming) any decision-making process identified. The second part of the paper will then focus on analysis of current model and also of the model proposed in the Reform Treaty. In this context, methodological concepts of voting power and power indices will be presented according to the theoretical approach of voting power analysis. At the same time, two problematic and highly important elements implied by non-compliance with the logic of decision-making process of the current model and also of the future model (proposed by the Reform Treaty) will be analyzed and brought for consideration.



Título da Comunicação	A União Europeia e a formação da ordem internacional
Autor	PATRICIA DAEINILARDI (patricia.daeinhardt@ipri.pt)
Instituição	Universidade Lusfada e IPRI-UNI.

## RESUMO

Questões de formação de ordem internacional estão intimamente ligadas à política das grandes potências e à distribuição de poder entre as mesmas. Em momentos de mudança são as grandes potências que podem redefinir os contornos de uma nova ordem. A União Europeia, entidade ordenadora na sua região, promove a manutenção da ordem liberal constitucional criada após 1945, ao mesmo tempo que tenta afirmar-se como potência internacional multilateral e entidade estratégica anti-hegemónica. No pós-Guerra Fria e do pós-11 de Setembro, e perante a ascensão de China e Índia como novas grandes potências, qual é a contribuição da União Europeia para a redefinição da nova ordem internacional? Partindo da análise da política externa da Alemanha como um dos principais Estados membros da UE, o paper analisa o crescente papel da União Europeia no sistema internacional.

Auditório 3

MODERADOR: José Esteves Pereira, Univ. Nova de Lisboa

Título da Comunicação: Agências reguladoras: entre mudanças institucionais e legados políticos

Autor: VERÔNICA CRUZ (vcruz@iuperj.br)

Instituição: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)  
Pesquisadora de pós-doutorado

RESUMO

A reforma regulatória dos anos noventa promoveu mudanças profundas no padrão de interação entre o Estado e a sociedade no Brasil, para além da transferência da propriedade das empresas públicas para o setor privado. Mais que isso, esta reforma pretendeu romper com os padrões vigentes de interação política, eliminando os legados político-institucionais, alguns dos quais consolidados ao longo da chamada "era Vargas" como o clientelismo, o corporativismo, o centralismo do poder Executivo e o insulamento burocrático. Este estudo tem por objetivo verificar a eficácia do arranjo destas agências como mecanismo institucional para eliminar os elementos que são considerados retrógrados nos processos de interação política entre o público e o privado e que seriam deletérios à ordem democrática. Para isto, se compara a criação e o funcionamento das agências reguladoras brasileiras dos setores de Telecomunicações (ANATEL) e Energia Elétrica (ANEEL) e se considera a hipótese de que onde estavam previstos os avanços políticos e administrativos na gestão da máquina do Estado, predominam as práticas associadas ao velho regime.

Título da Comunicação	Estratégias Públicas e Privadas da Intervenção na Dramaticidade Social no Estado do Para, Brasil
Autor	MARIA ALICE NUNES COSTA E WILSON MADEIRA FILHO (aliccocosta.rj@uol.com.br)
Instituição	Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Investigadora Pós-Doutoranda, com o apoio do FCT; Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil. Professor Titular de Direito.

## RESUMO

O presente artigo procura examinar dois modelos de intervenção em cidades do sudeste e do sul do Pará, Brasil, marcadas por históricos dramáticos. Analisamos a intervenção social realizada voluntariamente por universidades públicas e particulares e de ações empresariais de cunho social também voluntário. Trataremos esses modelos a partir de dois estudos de caso. O primeiro envolve atividades voluntárias de universitários e professores, através do Projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa na implantação de atividades comunitárias solidárias que atendam à infraestrutura municipal, em particular nas áreas do desenvolvimento local sustentável e da elaboração de planos diretores. Será retratada a intervenção realizada no município de São Domingos do Araguaia, através da promoção à elaboração de um Plano Diretor Municipal Participativo. O segundo caso trata dos projetos sociais patrocinados pela Companhia Vale do Rio Doce, diante da devastação causada pelo garimpo de Serra Pelada, no município de Curionópolis, enquanto parte de uma concepção de solidariedade e responsabilidade social da empresa. Analisamos ambos os casos como estratégias que classificamos de neo-colonização democrática. Por um lado, na tentativa de confiar ao Estado, em particular o Ministério da Defesa, certas tarefas de regulamentação do bem-estar social, que o poder público local e estadual não atende; e, por outro lado, a tendência de transferir essas funções sociais aos agentes económicos empresariais. São estratégias intercambiáveis do Estado capitalista brasileiro, que se alternam pendularmente, para atender as disfunções enraizadas do sistema social do país.

Título da Comunicação	Políticas de incentivo ao desenvolvimento da indústria de informática: Estudo comparado entre os papéis políticos exercidos pelo Estado e iniciativa privada nos casos do Brasil e da Índia
Autor	MARCONI AURÉLIO E SILVA (amarconi77@hotmail.com)
Instituição	Professor Assistente, Faculdade do Vale do Ipojuca (Favip) e da Associação Caruaruense de Ensino Superior (Asces), Brasil.

## RESUMO

Após a era da Revolução Digital e da financeirização global, sobretudo a partir dos anos 1970, vê-se surgir um novo paradigma produtivo mundial baseado, principalmente, na informação e no conhecimento intensivos. O advento da Economia do Conhecimento passou a demandar uma sempre crescente requalificação da massa trabalhadora para manter-se competitiva e participe no mercado produtivo. O presente trabalho realiza resgate histórico sobre as políticas adotadas pelo Brasil e pela Índia para o desenvolvimento das respectivas indústrias de informática, enfatizando o papel político exercido por organizações representantes dos interesses da iniciativa privada junto aos respectivos Estados, notadamente a Sociedade para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTTEX) e a Associação Nacional das Companhias de Software e Serviços (NASSCOM). O estudo fundamenta-se no conceito do Sistema Nacional de Inovação, desenvolvido pela escola schumpeteriana de Sussex (UK).

Palavras-chave: TIC; Software; Política de C, T & I

Título da Comunicação	Políticas públicas e os espaços democráticos: a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Brasil
Autor	SILVIA A. ZIMMERMANN (silviazcpda@yahoo.com.br)
Instituição	Eng <sup>a</sup> Agrônoma, Doutoranda do Curso de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ. Assistente de Pesquisa, Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA)

## RESUMO

O FSM principiou os encontros da sociedade civil brasileira consolidando a transição democrática. Em seguida, multiplicou a agenda de conferências, fóruns e encontros de conselhos regionais/nacionais. Esses espaços asseguram a aproximação do Estado e da sociedade civil, garantem o reconhecimento de categorias excluídas e o fortalecimento dessas categorias, bem como identificação de novas categorias. No Brasil existem vários espaços de participação, e as Conferências, particularmente, mobilizam múltiplos segmentos e se propõem a concertação de políticas públicas. Mas, como se expressa em Conferências o processo democrático e a garantia dos anseios dos grupos representados? O documento proposto pretende refletir as Conferências, utilizando como objeto a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Entre 2003 e 2007 ocorreram no Brasil 44 Conferências, dessas 19 pela primeira vez. Isso significa que 43% desses espaços democráticos tiveram um princípio recente. Na III Conferência Nacional de SAN, 2007, participaram 1800 pessoas, 1333 delegados da sociedade civil e de governo (federal, estadual e municipal); 360 convidados nacionais e 70 internacionais de 23 países. Os dados sugerem um grau de complexidade de olhares e percepções no debate de uma mesma política, bem como no reconhecimento e garantia dos anseios das representações presentes, merecedora de reflexão.

**Titulo da Comunicação** A Semidemocracia Brasileira: autoritarismo ou democracia?

**Autor** JOSÉ NOBREGA JÚNIOR (josemariajr23@hotmail.com)

**Instituição** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,  
Departamento de Ciências Sociais – Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
da UFPE

## RESUMO

O trabalho tem como proposta discutir as bases teóricas da semidemocracia, conectando essa perspectiva para o caso brasileiro. Destaco como algumas instituições do poder coercitivo do estado brasileiro infringem em aspectos normativos do conteúdo liberal, ferindo direitos fundamentais. Inicialmente a análise contemplará um confronto entre os modelos procedurais e não-procedurais da teoria democrática (Nóbrega Júnior, 2004). Em seguida, há uma discussão a respeito do efeito benéfico e, ao mesmo tempo, deletério de Schumpeter em sua contundente análise da democracia, contemplando o fim da teoria clássica, "desmascarando-a", sendo base de estudos contemporâneos da teoria política (Przeworski, 1999; Przeworski et alii, 2001). Em outra seção, discuto o conceito de semidemocracia baseado no trabalho de Mainwaring et alii (2001) onde estes autores trabalham o conceito de subminimalismo encontrado na definição de democracia schumpeteriana que será a base teórica dos estudos de Przeworski et alii (2000) e de outras análises sobre regimes políticos democráticos contemporâneos. Ai destaco a base teórica a qual me baseio para levantar o debate sobre democracia, sobretudo nos países latino-americanos – onde o Brasil se encontra de forma destacada-, introduzindo instituições que não são contempladas numa perspectiva (sub) mínima, que são as instituições coercitivas responsáveis pela implementação do Estado de Direito democrático e, por sua vez, por garantias de liberdades fundamentais. Na seção seguinte, faço um confronto entre os modelos de Sistema de Justiça no que tange ao Devido Processo Legal (Due Process of Law) do Brasil e dos Estados Unidos, onde a diferença de um modelo inquisitorial do primeiro se choca com o modelo acusatorial anglo-americano que prima pela garantia de direitos fundamentais individuais. Posteriormente, me dedico a análise da Segurança Pública, mostrando como o processo de militarização da mesma recrudescer com a redemocratização fazendo com que traços autoritários fossem mantidos ou, até mesmo, robustecidos. A conclusão contemplará a análise como um todo, mostrando como a semidemocracia brasileira se constitui numa realidade, e que a sua superação depende da consolidação de certos critérios imprescindíveis para um eficiente ordenamento social e político, onde a democracia deve ser vista como o meio de administrar as relações de poder com o intuito de minimizar a dominação (Shapiro, 2003).

**Palavras-Chave** Semidemocracia, Devido Processo Legal (Penal), Due Process of Law, Polícia e Relações Civil-Militares.



## Sala 1

MODERADOR: Rogério Leitão, Univ. Coimbra

Título da Comunicação	A política externa da França e de Portugal para o Magreb: uma lenta convergência?
Autor	VERÓNICA MARTINS (martinsveronica@yahoo.fr)
Instituição	Sciences-Po Paris/ Universidade do Minho

## RESUMO

Portugal e França, dois estados membros da União Europeia cujas as relações com a região do Magreb se desenvolveram com uma amplitude e em contextos diferentes, mas cuja proximidade com a região não pode ser negada. O fim da ditadura permitiu uma abertura e uma diversificação da política externa portuguesa, contudo só a região do Magreb só foi alvo de uma atenção mais sustentada desde o início dos anos 1990. A França, ex-potência colonizadora, desenvolveu uma relação intensa com os países do Magreb central. A multilateralização das relações dos dois estados em relação à região magrebina é contudo um ponto comum, visto que ambos participam em várias iniciativas e têm de ponderar um factor fundamental na condução da sua política externa: o desenvolvimento institucionalizado das relações euro-mediterrâneas desde 1995. Neste contexto, iremos averiguar a importância do impacto "UE" sobre as relações bilaterais e, considerando um conceito alargado de segurança, daremos um enfoque especial ao tema da migração que tem ocupado o lugar central nas relações euro-mediterrâneas.

Título da Comunicação	Portugal competitivo numa União Europeia alargada ao leste?
Autor	PEDRO CRISPIM ALVES DA SILVA FONSECA (pedro.c.fonseca@mail.telepac.pt)
Instituição	Universidade do Minho

## RESUMO

Portugal tem vindo a adoptar um novo modelo económico focalizado no investimento na inovação e na tecnologia, visando ultrapassar problemáticas decorrentes do alargamento da União Europeia.

A competitividade estrutural e conjuntural da economia e das empresas portuguesas enfrenta um novo desafio, só podendo ser analisada com recurso a uma perspectiva transversal e multidisciplinar. Este estudo terá de passar pela observação da flexibilidade no mercado de trabalho, organização e regulamentação da Administração Pública, justiça fiscal, e atitudes e mentalidades dos seus agentes económicos, factores determinantes para o incremento desta competitividade, que Portugal necessita dinamizar.

Com os novos desafios surgem, igualmente, novas oportunidades, originadas pela maior abertura aos novos mercados, sendo vital à competitividade da economia portuguesa investir nestes mercados em grande crescimento, e voltar a atrair para o país os investimentos que têm migrado para os novos Estados-Membros.



<b>Título da Comunicação</b>	Europeização comparada em Portugal e na Polónia
<b>Autor</b>	ADRIAN CHROBOT (adrian.chrobot@gmail.com)
<b>Instituição</b>	Instituto de Ciências Sociais, Lisboa

## RESUMO

Current studies on Europeanization tend to focus on the North-Western European countries. However, the process of Europeanization is not limited to the EU members from that area, but concerns also more recent member countries from Southern Europe and the new members from the Central and Eastern Europe. In spite of this, research concerning the Europeanization in North-West Europe is vast and well-developed whilst the issue regarding the latter countries is seriously understudied. This project aims to compare the processes of Europeanization in Portugal, as an example from the second wave of enlargement, and Poland, which only entered recently, in 2004. The study will compare the process of Europeanization (adaptation of EU institutional processes as a result of integration dynamics) in the two countries during their candidacy and early membership period. It will attempt to explain Europeanization-related political mechanisms and social phenomena in Poland based on the Portuguese experience in the analogous phase of its integration in the European Union. Finally, the project will attempt to examine whether there exist some general principles of Europeanization of the new democracies in Europe irrespective of the accession year and, if so, to identify some of its rules and laws.

**Título da Comunicação** Política externa portuguesa para o Brasil  
**Autor** CARMEN FONSECA (carmen.fonseca@ipri.pt)  
**Instituição** IPRI-Universidade Nova de Lisboa

## RESUMO

O período de transição para a democracia impôs alterações profundas na definição das prioridades da política externa portuguesa. Desta forma, vamos tentar demonstrar que no período democrático, apesar de as atenções se virarem primordialmente para a Europa, o Brasil continuou a determinar as políticas portuguesas tendo em conta a matriz de valores históricos e culturais.

A permanência do Brasil entre as prioridades de política externa portuguesa está relacionada com todo o acervo cultural, histórico e linguístico, e, salvo raras excepções (como é o caso da década de 90), foi a existência de um sentimento de «fraternidade» que sustentou toda retórica política.

O objectivo é analisar a política externa portuguesa para o Brasil no período entre 1974 e 2006, de modo a perceber qual o lugar que o Brasil tem ocupado na política externa portuguesa.

Título da Comunicação	Construção europeia: um processo supranacional ou intergovernamental?
Autor	ISABEL COSTA LEITE (icleite@utp.pt; icostaleite@mail.telepac.pt)
Instituição	Universidade Fernando Pessoa. Professora Associada.

## RESUMO

O movimento que impulsionou o processo de integração europeia nos anos 50 visava, através de diversas etapas, proceder, a prazo, ao estabelecimento de uma estrutura federalizante. O enquadramento europeu e internacional que se vivia na altura apontava para a necessidade de os Estados europeus abdicarem de fundamentais interesses nacionais a favor de uma causa comum: garantir a paz.

Os progressos verificados na integração económica, que culminaram na união monetária, indiciam que se poderá avançar para a concretização dos ideais políticos de uma espécie de federalismo europeu. No entanto, no momento em que uma importante reforma dos Tratados comunitários decorre no sentido da sua constitucionalização, diversos movimentos representativos da sociedade civil e, mesmo, os próprios Estados mostram não abdicar de determinados poderes.

Salta 2

MODERADOR: Renato Lessa, IUPERJ

Área da Comunicação Representação Política: da distinção à autarquia

Autor RENATO LESSA (rlessa@iuperj.br)

Instituição Professor Titular de Teoria e Filosofia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Brasil)

## RESUMO

No léxico político contemporâneo, democracia e representação parecem pertencer ao mesmo campo semântico. Sem qualquer dificuldade de ordem conceptual, cidadãos de repúblicas realmente existentes podem formular demandas por mais democracia através da exigência de maior qualidade no exercício da representação. Em outros termos, é possível exprimir a adesão à democracia através da linguagem da representação. Hanna Pitkin, em seu texto clássico *The Concept of Representation*, indica a forte pregnância do tema: "In modern times almost everyone wants to be governed by representatives...every political group or cause wants representation...every government claims to represent"[1].

Mesmo os observadores profissionais da política – os politólogos –, por conforto vocabular e por crença, acabaram por aderir à expressão democracia representativa para designar as formas políticas e institucionais que se generalizaram sobre mais da metade do globo, durante o século XX. Nesse amálgama, democracia e representação aparecem como partes de um nexo necessário e, por vezes complementar.

O objectivo do texto é de discutir as principais formulações no campo da filosofia política moderna sobre o tema da representação, tendo por foco a questão posta por Bernard Manin, a respeito do princípio da distinção. Trata-se de sugerir que, se tal princípio caracteriza o experimento representativo, a autarquização crescente da representação, e não mais a mera distinção, parece indicar o trânsito do modelo para formas pós-representativas.

[1] Cf. Hanna Pitkin, *The Concept of Representation*, Berkeley: University of California Press, 1972, p. 2.

Título da Comunicação	A dimensão política da filosofia da comunicação do fim do século XX
Autor	ISABEL SALEMA MORGADO (imorgado@netcabo.pt)
Instituição	Investigadora / Bolseira pós-doc da Fundação para a Ciência e Tecnologia

## RESUMO

De forma decisiva, as teorias da comunicação tal como nos foram apresentadas por Kari-Otto Apel e por Jürgen Habermas retomaram o problema da divisão entre a dimensão compreensiva e explicativa da realidade e a dimensão das transformações materiais passíveis de ocorrerem por influência de uma praxis.

À divisão clássica entre teoria e prática, respondem os autores com uma teoria que visa não só compreender os efeitos práticos de uma determinada forma de comunicar dentro das instituições que a utilizam, mas também visa produzir efeitos.

Entre as razões para defender essa real produção de efeitos está aquela que considera o hábito fundamental, no processo democrático, de questionar sobre o tipo de legitimidade evocado para defender a aplicação dessas práticas, hábito que convoca a teoria política, mas que vai mais além sempre que se pressupuser um sentido universal para uma praxis jurídica-política.

Nesta comunicação procurarei reflectir sobre as possibilidades que as teorias das interações comunicacionais contemporâneas nos dão para pensar o fenómeno de actividade política em democracia, e, sobretudo, pensar no tipo de influência que estas teorias podem ter na formação da linguagem política contemporânea europeia.

título da Comunicação	A Teoria Política de Émile Durkheim: Liberal, Comunitarista
autor	RAQUEL WEISS (rweiss@usp.br)
instituição	Universidade de São Paulo [USP] – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Filosofia, Candidata ao Doutorado

## RESUMO

O debate da teoria política contemporânea, especialmente em sua vertente normativa, tem em um de seus extremos os autores partidários do “comunitarismo”, e, no extremo oposto, os chamados “liberais”. Entre os primeiros, defende-se a tese de que os valores e o próprio modo de vida de uma comunidade devem prevalecer sobre os valores de natureza abstrata e universal. Para os liberais, ao contrário, o ator central é o indivíduo, entendido como ser dotado por natureza desses direitos fundamentais de liberdade e igualdade. Meu objetivo consiste em defender o argumento de que a teoria política de Émile Durkheim não pode ser situada em nenhum desses dois pólos. Sob tal perspectiva, procurarei apresentar em que consiste essa teoria política, enfatizando o modo como o autor concebeu de maneira peculiar a relação entre Estado, sociedade civil e indivíduo, sendo este um valor próprio das sociedades modernas.

Título da Comunicação	Entre o procedimento formal e o conteúdo selvagem: diálogos possíveis entre as democracias de Jürgen Habermas e Antonio Negri.
Autor	PEDRO LUIZ LIMA (pedrolima@gmail.com; plima@iuperj.br)
Instituição	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ- Brasil); aluno do Mestrado em Ciência Política.

## RESUMO

Em meio às sucessivas crises de legitimidade que têm se abatido, desde as últimas décadas do século XX, sobre a democracia representativa vigente nas mais distintas regiões do globo, a busca por uma densa análise crítica deste status quo passa pela consideração de duas das mais proeminentes teorias democráticas do cenário contemporâneo, a saber, as do filósofo alemão Jürgen Habermas e do teórico político italiano Antonio Negri.

Nesse sentido, esta comunicação visa pavimentar o caminho para um entendimento crítico do déficit democrático dos regimes representativos hegemônicos, estabelecendo um diálogo entre, por um lado, a concepção procedimentalista habermasiana e, por outro, uma noção substantiva de democracia radicada no poder constituinte tal como a formula Negri. Entre uma teoria que privilegia a construção de uma soberania popular emoldurada por formas jurídicas universalistas e uma perspectiva a partir da qual a democracia, enquanto fundamento constituinte irrefreável, dispensa e até mesmo se volta contra o direito entendido como poder constituído, é possível depreender uma profícua interlocução em que, tanto pelo contraste quanto pela aproximação, os dilemas e desafios da construção democrática vêm à tona.

Título da Comunicação	Fronteira Sul: pateras da morte – uma análise à luz de alguma terminologia Agambeniana
Autor	ANA BIGOTTE VIEIRA (anabigottievieira@yahoo.com.br)
Instituição	Mestranda em Ciências da Comunicação – Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias FCSH/Universidade Nova de Lisboa

## RESUMO

A questão do Outro (constitutiva da humanidade ou inumanidade no homem) entendida, segundo Giorgio Agamben, como uma cesura interior à própria antropogénese – o outro como uma decisão em constante reactualização sobre o animal e o humano dentro da própria humanidade – parece interpelar-nos de um modo especial quando nos deparamos com a actual situação dos migrantes sub-saarianos que tentam chegar à Europa. Esta comunicação, cruzando dados empíricos sobre a actual situação da emigração sub-saariana para a Europa (recolhidos em 2007 por três documentaristas em viagem por Marrocos e pela Mauritânia) com as teorias de Giorgio Agamben, procura dar traçar um panorama do que se está a passar, abordando-o teoricamente à luz da obra de um dos maiores filósofos de hoje em dia.

Assim, através da exposição de conceitos como Estado de Excepção, Vida Nua e o Poder Soberano, e da noção de Homo Sacer e das implicações suas derivadas, gostaríamos de projectar a questão da imigração e da fronteira no “pano de fundo da bio-política” que as origina, fomentando assim um olhar sobre estas questões consciente da terminologia e da análise Agambeniana do mundo contemporâneo.



## Sala 3

MODERADOR: João Bettencourt da Câmara, ISCSP-UTL.

<b>Título da Comunicação</b>	Aimé Machiavelli e Guillon Buonaparte, ou, O Triunfo de uma Fraude Política, em Portugal e no Brasil
<b>Autor</b>	JOÃO BETTENCOURT DA CÂMARA ()
<b>Instituição</b>	ISCSP-UTL

## RESUMO

O Príncipe de Maquiavel com os “comentários de Napoleão” tem sido editado, às centenas de milhares, especialmente em Portugal, Espanha e América Latina, incluindo o Brasil – onde os “comentários”, tomados por genuínos, foram até objecto de elaborado estudo académico. Não admira que o livro que os lançou, em 1816, tenha sido classificado como “o mais importante falso contemporâneo” e fundador de um género específico, sendo certamente um dos exercícios mais bem sucedidos de sempre, na esfera da comunicação política: transformou-se num best-seller dos séculos XX e XXI, os “comentários” passam geralmente por autênticos; e, como se isso não bastasse, continuam a ser aproveitados para propagar a essência da mensagem original. O desconhecimento do livro e seu autor é, evidentemente, uma condição indispensável para que a fraude tenha mais êxito, hoje, do que quando foi concebida, na França da Restauração. Trata-se aqui da primeira abordagem à natureza, estrutura e metamorfose deste quase desconhecido embuste, que permitiram que sobrevivesse e prosperasse, eterno jovem, apesar de a conjuntura e interesses que o geraram terem sido completamente obliterados pelo tempo.

Título da Comunicação	Sistema Partidário e representação política: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (1989 a 2006).
Autor	LIOMERO DE OLIVEIRA COSTA (liomero-costa@ufrnet.br)
Instituição	Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais (Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (Natal-RN, Brasil)

## RESUMO

O objetivo do trabalho é apresentar e discutir alguns aspectos do sistema partidário e da representação política no Brasil, analisando dados das eleições presidenciais (1989 a 2006), mais especificamente quanto às taxas de alienação eleitoral que, a nosso juízo, expressam a debilidade do sistema partidário e uma crise da representação política.

Inicialmente será apresentado um quadro (sucinto) do declínio da participação eleitoral na Europa e de alguns países da América do Sul (eleições presidenciais), cujo sentido é o de procurar demonstrar que os dados que serão apresentados relativos ao Brasil se inserem dentro de um quadro mais geral, de diminuição da participação eleitoral e do declínio da relação de identificação entre representantes e representados. A compreensão a respeito dos partidos políticos, em especial no caso do Brasil, que procuraremos fundamentar no trabalho, é a de que eles deixaram de ser instrumentos para canalização das principais demandas sócio-políticas.

Título da Comunicação	Governadores na "era PMDB" em Goiás (1982-1998) - Um caso de "hiper-presidencialismo" regional no Brasil?
Autor	SILVANA KRAUSE (krausesilvana@yahoo.com.br)
Instituição	Universidade Federal de Goiás - UFG. Professora/Pesquisadora de ciência política

## RESUMO

O presente trabalho visa analisar a relação do executivo regional com os prefeitos em um estado brasileiro.

Dois dimensões serão tratadas. Uma objetiva traçar um perfil dos fatores institucionais que contribuem e possibilitam uma concentração de poder no executivo regional. A intenção principal é demonstrar, através de um estudo de caso, os bloqueios e os "vícios" do sistema político brasileiro que tem demonstrado dificuldades em garantir a autonomia e equilíbrio dos poderes instituídos, ferindo portanto princípios fundamentais de um regime democrático.

A segunda dimensão procura traçar um perfil dos prefeitos no que diz respeito às suas trajetórias partidárias. A intenção é demonstrar uma cultura política do poder executivo local que no mínimo não se contrapõem à uma concentração do poder executivo regional.

O debate sobre o "hiper - presidencialismo" regional nos remete em primeiro lugar à reflexão da ciência política institucionalista, que concentra sua análise em variáveis institucionais para explicar fenômenos políticos. Quando as novas democracias latino-americanas foram instituídas, uma significativa parcela de cientistas políticos se debruçou em estudos sobre o sistema de governo presidencialista e as mazelas deste para a consolidação e qualidade dos novos regimes civis instituídos. Vários estudos apontavam o sistema presidencialista como o grande responsável pela instabilidade dos regimes democráticos na América Latina. Também destacavam que o sistema presidencialista reforçava a tradição política na região, concentradora de poder no executivo, fragilizando um dos princípios básicos da democracia que é o equilíbrio e a autonomia dos poderes.

Com o desenvolvimento das novas democracias e o amadurecimento do debate da vertente institucionalista, chegou-se a um consenso de que a variável institucional, sistema de governo, não era suficiente para explicar as dificuldades, os impasses e o desenvolvimento dos regimes democráticos. O presidencialismo é central para traçar um perfil dos regimes políticos, mas é necessário acoplar na análise outros elementos institucionais, como a estrutura dos poderes executivos regionais para compreender a dinâmica de funcionamento dos novos sistemas políticos.

título da Comunicação	Uma Eleição em Três Tempos: Os Determinantes Geográficos das Eleições Presidenciais no Brasil em 2006
autor	JAIRO NICOLAU (jnicolau@iuperj.br)
instituição	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); professor e diretor de ensino

## RESUMO

Luis Inácio Lula da Silva foi o segundo presidente a ser reeleito no atual ciclo democrático. Nas duas eleições em que foi vitorioso, Lula venceu no segundo turno com patamar idêntico, 62% dos votos. Mas os resultados das eleições nos estados e municípios revelam padrões de votações bastante diferenciados. Em 2006, a votação do presidente declina nas áreas mais prósperas e cresce fortemente nas regiões mais pobre. O que teria acontecido entre os dois pleitos?

O propósito do artigo é avaliar o padrão da votação dos dois principais candidatos nos municípios brasileiros. Por intermédio de análise estatística multivariada o texto pretende avaliar como algumas variáveis (grau de desenvolvimento, políticas públicas e situação política) podem estar associadas a variação do voto dado aos candidatos. Será dada atenção especial aos efeitos do mais bem sucedido programa social do Governo Lula, o Bolsa Família. Será que o presidente foi mais bem votado nas cidades privilegiadas com recursos do programa?

Título da Comunicação	Estado e Políticas Públicas Ambientais no Brasil
Autor	VIDAL MOTA JUNIOR (vidal.mota@uniso.br; vidal.mota@uol.com.br)
Instituição	Professor Titular Doutor, Univ. Sorocaba, São Paulo

## RESUMO

Esta comunicação tem como objetivo apresentar como o Poder Público no Brasil começou a se preocupar com a questão ambiental. A implementação das políticas ambientais podem ser divididas em três fases. A primeira tem como data de referência o ano de 1934 quando foram promulgados uma série de documentos relativos à gestão de recursos naturais como o Código Florestal, o Código das Águas e a criação de parques nacionais. A segunda fase tem início com a Conferência de Estocolmo de 1972, quando as preocupações ambientais se tornam mais intensas, embora nessa ocasião o governo militar brasileiro não reconhecesse a gravidade dos problemas ambientais e defendesse sua ideia de desenvolvimento econômico, em razão da ausência de preocupações com o meio ambiente e a distribuição de renda. A Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, dá início à terceira fase. Ela representa uma mudança importante no tratamento das questões ambientais, na medida em que procura integrar as ações governamentais dentro de uma abordagem sistêmica. Essa lei trouxe uma nova configuração na política pública ambiental brasileira em que se destaca a descentralização e empoderamento dos entes subnacionais na elaboração e execução de políticas ambientais.

#### **IV Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política**

**Título da Comunicação:** New Frontiers of Economic Diplomacy - The Portuguese Economic Diplomacy model and a Comparative Overview on commercial diplomacy structures

**Autora:** Margarida Almeida Ribeiro

**Instituição:** ISCSP-UTL

#### **RESUMO**

Today's<sup>2</sup> economic diplomatic activity is undergoing structural changes, particularly regarding the traditional governmental functions. State intervention is simultaneously shrinking and becoming more complex in the liberal arena. The Modern State needs to adapt to new realities, the public approach is coming closer to the private sector in terms of making the best use of processes and available resources, as well as privatization tendencies and the proliferation of multi-stakeholder partnerships.

Networks of information, goods and services and the increase of trade and investment are making relationships increasingly complex, in national as well as international contexts. At national level, governmental institutions have started to include private partners in the pursuit of public policy objectives. At a diplomatic level, politics and economics are inseparable. Economic diplomacy is undergoing paradigm changes, through an increasing pressure imposed on States to support and promote national products and to develop strategies to attract foreign investment. These activities imply that some revision on Foreign Affairs Departments/Ministries roles and the reinforcement of inter-ministerial coordination mechanisms.

#### IV Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

Título da Comunicação: Ética, Governança Pública e Democracia no Brasil

Autora: Roselma Fvora

Instituição: Universidade de Brasília

#### RESUMO

A maioria dos textos e documentos que retratam os aspectos que caracterizam o Brasil antes da colonização portuguesa fazem referência ao estado de natureza em que viviam os nativos. A literatura histórica e as fontes históricas que caracterizam a formação da sociedade no Brasil, descreve esse estado de natureza como sendo um estado selvagem, em que seus habitantes tinham hábitos e costumes bárbaros, como, por exemplo, o de comer carne humana.

É esse estado “selvagem” que antecede a formação da sociedade política, que se forma com a colonização portuguesa. É somente com a chegada dos portugueses que podemos falar na formação de uma sociedade política, onde, teoricamente, todos os agentes sociais passam a se submeter a um poder político comum, que, por sua vez, estabelece leis e normas que garantem a unidade e a sobrevivência da sociedade. Antes da chegada dos portugueses, a realidade era outra; isso explica o espanto e a admiração dos primeiros que chegaram e se deparam com uma “Terra Sem Fé, Sem Rei, Sem Lei” (Benci, 1977:108).

Este trabalho procura abordar os aspectos centrais que determinam a formação da sociedade política no Brasil. Apesar de ser um tema amplamente discutido e analisado nas ciências sociais brasileiras, decidimos focalizar os aspectos que determinaram a emergência da sociedade política na América Portuguesa, procurando, a partir desta raiz, estabelecer uma ponte com as características da Democracia no Brasil, tentando encontrar as razões que justificam a dificuldade em consolidar a prática da democracia e o seu distanciamento das democracias ocidentais modernas.

**Auditório 3**

**MODERADOR:** Dimitris Sotiropoulos, Univ. Atenas

**Título da Comunicação** Swift Gradualism and Variable Outcomes: Vetting in Post-Authoritarian Greece

**Autor** DIMITRIS SOTIROPOULOS (dsotirop@cc.uoa.gr)

**Instituição** Universidade de Atenas

**Título da Comunicação** The double face of heroes. Transitional justice and the political police (PIDE/DGS) in Portugal's democratization, 1974-1976

**Autor** FILIPA RAIMUNDO (Filipa.Raimundo@eui.eu)

**Instituição** Instituto Universitário Europeu

**Título da Comunicação** Transitions to Democracy: The State of the Arts, Thirty Years Later

**Autor** ALEXANDRA BARAIKONA DE BRITO AND ANDRÉS MALAMUD  
(unafish@netcabo.pt & Andres.malamud@eui.eu)

**Instituição** ICS-UL



Título da Comunicação	A Direita radical em Espanha e Portugal na Transição para a democracia
Autor	RICCARDO MARCHI (riccardo_marchi@hotmail.com)
Instituição	Instituto de Ciências Sociais; Investigador de pós-doutoramento.

## RESUMO

O ocaso dos regimes autoritários, salazarista e franquista, obriga a direita radical ibérica, na segunda metade dos anos Setenta, a uma travessia no deserto, caracterizada pelo início despoortadamente face às dinâmicas das transições e por sucessivas tentativas falhadas de reorganizar a área radical. Assiste-se, assim, a uma panóplia de projectos revanchistas ou de inserção na nova ordem político-institucional, levados a cabo pelas várias facções da direita radical, desde a católico-tradicionista à nacionalista contra-revolucionária, até à neofascista.

Apesar da diferente génese do processo de transição (de ruptura em Portugal, de pacto em Espanha) as estratégias comparadas seguidas por estas elites radicais nos dois Países levarão a um resultado comum: o desaparecimento da direita radical nos anos Oitenta como força política de algum peso, no panorama das novas democracias ibéricas.

1303631

Sala 1

MODERADOR: Sebastian Royo, Univ. Suffolk, EUA

Título da Comunicação The Euro and the Challenge of Economic Reforms: The Case of Spain

Autor SEBASTIAN ROYO (sroyo@suffolk.edu)

Instituição Suffolk University, Associate Dean and Associate Professor of Government

### RESUMO

Since the 19th century, the obsession of Spanish reformists has been to make up the lost ground with modernized countries. This paper examines the integration experience of Spain in the European Union in order to study how integration has affected its economic structures and economic performance.

It analyzes the relationship between regional integration, economic growth, and economic reforms in this country, and draws some lessons based on its EU integration experience. In particular it looks at the impact of European Monetary Union (EMU) integration in the Spanish economy. While the overall benefits of EMU membership are undeniable, contrary to expectations it has not led to a process of deep economic structural reforms that would have fostered the development of an economic growth model based on value added and productivity. The examination of the Spanish case will show that the process of economic reforms has to be a domestic process led by domestic actors willing to carry them out.

Título da Comunicação	Teorização da Integração Europeia à Luz da União Económica e Monetária: o Regresso ao Intergovernamentalismo?
Autor	PAULO VILA MAIOR (pvm@ufp.pt)
Instituição	Universidade Fernando Pessoa – Professor Auxiliar

## RESUMO

Esta comunicação, em parceria com a de Cláudia Toriz Ramos, pretende apresentar o ponto da situação de um projecto de investigação em curso – EUROPA: A construção da Europa como entidade política: teorias da integração e sua aplicação – no âmbito do Centro de Estudos de Antropologia Aplicada (CEAA) da Universidade Fernando Pessoa.

De acordo com vastos sectores da literatura, foi a necessidade de responder aos desafios da interdependência dos mercados internacionais que mais pesou na criação da União Económica e Monetária (UEM). O resultado foi um modelo político-económico de UEM influenciado pela escola monetarista, o que coincidiu com uma considerável perda de poder dos governos nacionais. Olhando através da perspectiva das teorias de integração, a UEM parece enquadrar-se em formulações que rejeitam os argumentos do intergovernamentalismo. Todavia, diversos acontecimentos recentes parecem contrariar essas teorias, já que os governos dos Estados membros terão recuperado a influência que parecia perdida com a união monetária. É neste contexto que o incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) é chamado à colação, para indagar se as instituições da União Europeia (e, em especial, a Comissão), assim como outros actores sociais, perderam capacidade de influência para os governos dos Estados membros. Por conseguinte, o funcionamento da UEM pode ilustrar uma alteração de paradigma em termos de teorias da integração: de como o intergovernamentalismo terá ascendido à superfície como teoria com maior potencial explicativo para o funcionamento da união monetária.

Titulo da Comunicação	Perspectivas teóricas da integração europeia: subsídios para a elaboração de uma matriz comparativa
autor	CLÁUDIA TORIZ RAMOS (cramos@ufp.pt; ctorizramos@gmail.com)
Instituição	Universidade Fernando Pessoa – Professor Auxiliar

## RESUMO

Esta comunicação, em parceria com a de Paulo Vila Maior, pretende apresentar o ponto da situação de um projecto de investigação em curso – EUROPA: A construção da Europa como entidade política: teorias da integração e sua aplicação – no âmbito do Centro de Estudos de Antropologia Aplicada (CEAA) da Universidade Fernando Pessoa. Tal projecto visa elaborar uma revisão substancial do estado da arte, no que à teoria da integração europeia concerne e, seguidamente, apresentar uma síntese comparativa, sob a forma de matriz, das perspectivas teóricas escrutinadas. Neste artigo, faz-se, em particular, a revisão crítica de duas dessas perspectivas teóricas – o construtivismo e a análise de discurso – por referência à matriz teórica em desenvolvimento. É escopo do projecto explorar o potencial explicativo de cada domínio teórico, pelo que se tomará como estudo de caso a ilustração da aplicação do discurso de legitimação, no âmbito da construção europeia, sob as duas perspectivas acima mencionadas.

<b>Título da Comunicação</b>	Convergence of Preferences: The Economic and Political Reasoning behind Maastricht
<b>Autor</b>	FRANCISCO TORRES (ftorres@ieo.ucp.pt)
<b>Instituição</b>	Professor e coordenador de investigação no IIE, Universidade Católica, e no Instituto Nacional de Administração.

## RESUMO

This paper examines whether the economic and political reasoning behind Maastricht is consistent with earlier approaches to monetary integration. In doing so, it revisits the intellectual debate on monetary integration in Europe at different stages. It concludes that Economic and Monetary Union (EMU) as agreed at Maastricht reflected a compromise between two different but converging preferences, in the context of the experience of the European Monetary System (EMS) and other developments in national and European politics as well as in economic thought, on the role of monetary policy and institutions; the fall of the Berlin Wall may have added a new political dimension that might have made it easier to agree on the blueprint and on the calendar for the realisation of EMU. The various (political and economic) motivations for the convergence of initially different views on the role of monetary policy and successive interpretations of the objectives of EMU are discussed within the wider context of the process of European integration.

JEL classification: N14; F52, F58, F61, F65.

Keywords: Economic and Monetary Union; Bretton Woods; European integration; Werner plan; European Monetary System; inflation; convergence of preferences; epistemic communities; currency crisis; monetary sovereignty; Maastricht treaty; convergence requirements.

<http://ideas.repec.org/c/pto29.html>

Título da Comunicação The Political Economy of EU Competition Policy

Autor ANNETTE BONGARDT E JOÃO GATA (abongardt@sapo.pt;  
jgata@autoridadedaconcorrencia.pt)

Instituição Professora Associada e Presidente do Conselho Científico da UML e  
Professora Convidada no Instituto Nacional de Administração, e Senior  
Researcher, IFEL; Economista Chefe da Autoridade da Concorrência e  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro.

### RESUMO

This paper focuses on competition policy in the European Union from a political economy point of view. It analyses recent developments in economic governance in the field of the common competition policy, which had for a long time been the exclusive competence of the European Commission (Community method), notably the nature and governance implications of recent developments associated with single market integration, the 5th EU enlargement, and the workload backlog of the Commission.

The common competition policy has been subject to various changes (and political pressures both at the European – recent treaty discussions – and national levels) against the background of increasing market integration and the expansion of the single market (for instance, the European merger regulation and the liberalisation of network industries, regulated at the national level), most recently by the new institutional framework (EC regulation 1/2003 by the EU Council) which entered into force on the day of the EU's fifth enlargement on 1 May 2004 and which implies the direct and parallel application of EU anti-trust laws by national competition authorities (NCA). These developments in terms of the economic governance of competition policy render it important to analyse the competences of NCAs with respect to the European Commission but also in regard to each other and to sectoral national regulators.

JEL classification: L41, L42, L97, L98.

Keywords: Governance, Regulation, EU Competition Policy, European Union.

<http://ideas.repec.org/f/pbo209.html>

*Sala 2*

MODERADORA: Raquel Vaz Pinto, IEP UCP

**Título da Comunicação** Law and International Society – Limits to States’ Actions?

**Autor** PAULA ESCARAMEIA (escarameia@oniduo.pt)

**Instituição** Professora ISCSP-UNL

### RESUMO

This communication assumes that our world society is at present undergoing a moment of transition between organizational models, i.e. between a past model based almost exclusively on State sovereignty and the dawn of a model that rests largely in values and institutions that are focused on the protection of human rights. In the eyes of the speaker, one of the main characteristics of moments of transition, such as the present one, is (along with the change in subjects, the importance of the moment of application in detriment of that of the creation of law, the process of centralization of previously marginal aspects, to mention just a few), the struggle between what is considered to be the discretionary power of States and what is considered to be the domain of legal regulation, i.e. the establishment of the domains of what is Politics and what is Law.

This study will focus on the ways in which international actors frame their often contradictory objectives, using as examples the functions and actual practices of the Security Council, taken as an organ that represents the essence of the realm of States’ political discretion, and the International Criminal Court, taken as an organ that announces a new order based on the fundamental role of International Law and on new actors and new values. The ways in which these two organs interact, in conflict, cooperation or disregard, will be analysed as a privileged sample of the divergent features of our present international legal and world orders.

**Título da Comunicação** Human Rights and State Reconstruction – Dilemmas of Order and Justice  
**Autor** RAQUEL VAZ-PINTO (rvazpinto@iep.lisboa.ucp.pt)  
**Instituição** Research Fellow, Institute for Political Studies – Catholic University of Portugal

## RESUMO

Human rights and its claims of justice have been one of the most serious challenges to the Westphalian traditional order characterised by the predominance of sovereign states and non-interference in domestic affairs. An international post-1945 human rights framework has been constructed based mainly on three pillars: standard-setting, implementation and punishment. Nonetheless, the post-1945 world has also been a witness to countless massive and systematic violations of human rights. The punishment of those violations has been carried out in different ways, either by the international society (e. g. Rwanda and former Yugoslavia) or by the states themselves (e. g. Cambodia and Sierra Leone with international help). In this process, many issues and dilemmas arise as to what is the best way to administer justice whilst enhancing state-building and/or nation-building. Some states have clearly opted for order and have decided not to punish human rights violators because to do so would threaten the very survival of the state; others have established commissions of reconciliation so that the violations are not forgotten, although the violators can not be brought to justice; and other states have decided to punish human rights violations because they are understood as an indispensable ingredient for the process of national reconciliation. This paper will analyse the responses given by both international society and states to human rights violations in post-conflict situations, explore their diversity and will try to observe if there is some common ground between these experiences. By trying to understand the role of human rights in the reconstruction of states and/or nations, we hope to demonstrate that international relations are more than just a struggle for power and also comprise a discussion on justice.



<b>Título da Comunicação</b>	Good Intentions and Hard Reality: Institutional Design and Legitimacy Crisis in Timor Leste
<b>Autor</b>	BERNARDO IVO CRUZ (bicruz@clix.pt)
<b>Instituição</b>	Research Fellow, Institute for Political Studies – Catholic University of Portugal

## RESUMO

Timor Leste, the second youngest country in the world and the UN case study for nation-building, lived a major crisis in the spring of 2006 when violence spread across the country, prompting the UN Security Council to approved a resolution authorizing the deployment of a UN mission with civil, police and military components. This paper, based on original research and contacts with all the major Stateholders and the International Community made over a six month period in Timor Leste, argues that one of the reasons that the crisis escalated to the point of leaving 10% of the population living in IDP camps and a massive international presence, is due to the lack of perceived legitimacy of the Timorese political institutions. The paper argues that, although those Institutions were designed in line with the best international practice, payed little attention to the realities of Timorese politics, namely the influence and impact of its traditional power structure. The paper concludes that democratic representative political systems, although bound by the obligation impose by rights, rule of law, representation and accountability, cannot be detached from the political understanding and expectations of those to which the system is addressed.

<b>Título da Comunicação</b>	Da Paz dos Cemitérios à Paz como Tarefa Civilizacional: O contributo dos estudos críticos da paz para o peace building.
<b>Autor</b>	MÓNICA DIAS (monipax@gmail.com)
<b>Instituição</b>	Catholic University of Portugal

## RESUMO

A definição da paz apresenta-se convencionalmente pela negativa: falamos de paz como um estado em que não há guerra ou, então, como uma condição final e a-histórica apenas alcançável nos cemitérios ou, na melhor das hipóteses, no Reino dos Céus. Nesta lógica, a paz não depende verdadeiramente dos Homens. Particularmente na cultura Ocidental estabeleceu-se, assim, a ideia da inevitabilidade e da necessidade da guerra: quem quisesse a paz, teria de preparar a guerra. Como área de investigação, a paz ocupou, consequentemente, um plano secundário, constituindo apenas o pano de fundo na grande epopeia da guerra – narrativa esta que domina a História do Direito Internacional Público até há bem pouco tempo. E mesmo os contributos mais originais e estimulantes nesta reflexão, como, por exemplo, o apelo provocatório de Ulrich Beck “make law, not war”, continuam a perpetuar um entendimento residual da paz.

Frente a esta perspectiva convencional, surge na segunda metade do século XX uma corrente de interpretação contrária que toma cada vez mais balanço. Acusando a abordagem predominante dos estudos da guerra como insuficientes e mesmo ilusórios, Johan Galtung propõe um “estudo crítico da paz” que parte de um conceito mais abrangente, positivo e dinâmico da paz e que leva a uma alteração da percepção da relação entre guerra e paz, bem como da própria ideia da possibilidade da construção da paz. Esta visão é reforçada por Dieter Senghaas que entende a paz essencialmente como capacidade e como processo de “civilizar” conflitos (num plano pessoal, estadual e internacional) que conceptualiza através da sua teoria do “hexágono civilizacional”, um modelo figurativo que representa a interdependência entre seis factores considerados essenciais à possibilidade da paz.

Ao longo da nossa comunicação debateremos estas propostas – que constituem uma pedra basilar nos estudos da paz – à luz dos actuais desafios da construção e da consolidação da paz em diferentes cenários, situações e condições de pós-guerra.

*Sala 3*

MODERADOR: João Bettencourt da Câmara, ISCSP-UTL

**Título da Comunicação** A perspectiva política BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

**Autor** SANDRA APARECIDA CARDOZO (sandraczo@yahoo.com.br)

**Instituição** Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), estudante de Doutorado

**R E S U M O**

A presente proposta busca analisar o BRIC (Brasil, Rússia, China e Índia) enquanto um conjunto de países em desenvolvimento e o impacto que podem conjuntamente causar no sistema internacional. A denominação BRIC teve como origem a caracterização destes países como grandes economias emergentes, porém, a partir de 2008, os ministros das Relações Exteriores destes países vão se reunir todos os anos à margem da abertura da Assembleia Geral da ONU. Desta forma, pode-se reconhecer a efetivação de uma aproximação de âmbito político, uma vez que a intenção firmada entre os quatro países é acompanhar os encontros promovidos por organismos multilaterais para examinar os grandes temas da agenda internacional. Considerados como poderes emergentes, cada país tem suas especificidades, além de interesses próprios, como afirma a vertente realista das relações internacionais. Contudo, para este propósito, a abordagem construtivista de análise das relações internacionais torna-se o elemento para a compreensão dos interesses e identidades no que vem se estabelecendo como BRIC no sistema internacional.

<b>Título da Comunicação</b>	A alter-globalização: dilemas político-económicos
<b>Autor</b>	MIGUEL ROCHA DE SOUSA (miguelrochasousa@gmail.com)
<b>Instituição</b>	Universidade de Évora – Departamento de Economia, Assistente Doutorando em Economia, NICPRI/GEPS.UÉ

## RESUMO

O objectivo deste estudo é o de analisar a inter-relação da esfera económica e política num contexto de globalização. Assim far-se-á uso da abordagem de Acemoglu e Robinson [2006] em que estes autores procuram analisar os determinantes económicos das democracias e ditaduras, definindo uma abordagem teórica e fazendo a subsequente análise empírica, através de estudo de caso. O objectivo fulcral é assim o de retirar algumas conclusões de política económica, nomeadamente quanto à gestão das instituições internacionais (FMI; BM), as suas responsabilidades e a necessidade de reforma das mesmas. Analisaremos casos concretos de sucesso e de falhanços de políticas de desenvolvimento, nomeadamente as crises financeiras do México (1995), da Ásia (1997) e da Argentina (2000), as suas causas e consequências económicas e sociais- seguiremos Mishkin (2006), Stiglitz (2002, 2003, 2006) e Krugman (2000).

Título da Comunicação	Multilateralismo e integração profunda: políticas domésticas na agenda da OMC.
Autor	EDNA APARECIDA DA SILVA (ednasilv@unicamp.br)
Instituição	UNICAMP/Doutoranda em Ciência Política

## RESUMO

Qual o significado da incorporação das políticas domésticas no arcabouço normativo das disciplinas multilaterais de comércio que levam à harmonização de políticas? Essa contenciosa questão no debate sobre o multilateralismo e as relações econômicas internacionais derivou da expansão do escopo das negociações comerciais da Organização Mundial do Comércio que absorveram temas pertencentes ao campo da regulação doméstica, como serviços, investimento, concorrência e compras governamentais. As abordagens pragmáticas deixam em suspenso uma avaliação do significado político dessas mudanças. No sentido de avaliar as implicações da harmonização de políticas a partir da agenda comercial o trabalho apresenta a tese da integração profunda e analisa criticamente a idéia da separação entre política comercial e políticas domésticas. O ponto de partida é de que a natureza e o funcionamento da OMC representam uma com os pressupostos que legitimaram o sistema multilateral de comércio. Essa ruptura, em processo, explica as tensões e impasses das conferências ministeriais.

<b>Título da Comunicação</b>	O setor energético latinoamericano: novo alvo dos interesses chineses na região
<b>Autor</b>	MAITE J. ITURRE E LEIRE MOURE PENIN (maite.iturre@yahoo.com.br; leire.moure@ehu.es)
<b>Instituição</b>	Departamento de Direito Internacional Público, Relações Internacionais e História do Direito, Universidade do País Basco (UPV-EHU), Espanha - Professora de Relações Internacionais; Departamento de Direito Internacional Público, Relações Internacionais e História do Direito, Universidade do País Basco(UPV-EHU), Espanha - Professora de Relações Internacionais / Cátedra de Estudios Internacionales, Universidade do País Basco(UPV-EHU), Espanha - Pesquisadora.

## RESUMO

Nos últimos anos, a China tem começado a atuar de forma proativa no cenário internacional a procura de manter o seu nível de desenvolvimento industrial assim como de ganhar uma importância política conforme o seu peso económico. Esta atitude tem-se traduzido numa aproximação às áreas geográficas até agora esquecidas mas que com a nova conjuntura passam a ter um interesse inusitado. Uma dessas áreas é a América Latina. Esta comunicação parte, portanto, da análise das características gerais da política exterior chinesa em relação a esta região para logo centrar-se no estudo do papel que esta potência emergente está desenvolvendo no setor energético latinoamericano. Além disso, tomam-se em consideração as repercussões que estas ações têm perante a superpotência estadunidense, tradicional "guarda" desta parte do mundo.

<b>Título da Comunicação</b>	Os Padrões da Ação Coletiva de Responsabilidade Social do Empresariado Português: uma interface com o Brasil
<b>Autor</b>	MARIA ALICE NUNES COSTA (alicecosta.rj@uol.com.br)
<b>Instituição</b>	Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Investigadora Pós-Doutoranda, com o apoio do FCT

## RESUMO

O intuito deste trabalho é apresentar um estudo comparativo de ações sociais desenvolvidas por empresas e instituições empresariais portuguesas e brasileiras para com comunidades que vivem em situação de vulnerabilidade social, econômica e ambiental.

Nem todas as empresas adotam a proposta da responsabilidade social empresarial, seja no discurso e/ou na prática. A opção refere-se ao porte da empresa, na medida em que as grandes são as que demonstram capacidade tecnológica e econômica para empreender inovações no campo gerencial. Também não podemos descartar que as empresas podem rejeitar ou se adaptar a essas inovações. É a realização de um cálculo racional econômico, político, cultural e moral que impulsiona a conduta ética empresarial em relação aos trabalhadores, à comunidade, aos governos e a todos os envolvidos com a empresa. Portanto, a opção pela responsabilidade social empresarial refere-se também a uma escolha política significativa relacionada à interpretação social e aos valores culturais de cada empresa e de seus líderes frente às demandas das comunidades e à sua relação política e institucional com o Estado e os governos.

O envolvimento social das empresas no Brasil obedece a duas ondas importantes, ambas ligadas a momentos de redemocratização e de re-inserção do país na ordem internacional. Esses momentos propiciam a necessidade de adaptação a uma nova realidade e a uma mudança de valores, muitas vezes, inspirada em modelos externos. Em Portugal, a adoção de estratégia corporativa da RSE está relacionada ao documento elaborado no âmbito da União Europeia, sobre os caminhos para promover um quadro europeu para a responsabilidade social empresarial, que estão contidos no Livro Verde da Comissão Europeia de 18 de julho de 2001. A grande preocupação de Portugal tem se concentrado em entender as diretrizes da União Europeia e de que forma devem ser adotadas, tendo em vista a fraca industrialização de Portugal associada com o nível social e de cumprimento das normas, aquém dos países europeus mais ricos.

*Auditório 3*

MODERADOR: Antério Costa Pinto, ICS-UL

Título da Comunicação	PSOE e PCE, PS e PCP: as relações entre as quatro organizações políticas durante a revolução portuguesa e a transição espanhola
Autor	RAQUEL C. VARELA (raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk)
Instituição	ISCTI. Investigadora/Boutoranda

RESUMO

A revolução Portuguesa de 1974-1975 teve impacto na vizinha Espanha a nível político e institucional, nomeadamente no movimento sindical, na Igreja Católica e nas Forças Armadas. Nesta comunicação pretendemos estudar esta influência através da análise de dois jornais clandestinos - El Socialista, do Partido Socialista Operário Espanhol e Mundo Obrero do Partido Comunista Espanhol.

Ambas as organizações tiveram um papel determinante na transição e consolidação da democracia espanhola - foram as organizações da oposição mais importantes que estiveram nas negociações que conduziram aos Pactos de Moncloa e na discussão e aprovação da Constituição de 1978.

PSOE e PCE tinham relações privilegiadas com os partidos políticos portugueses. Porém, o esse será um dos focos principais desta comunicação, nem sempre o PCE tem boas relações com o PCP ou o PSOE é apoiante inequívoco do PS nas críticas que este fazia ao PCP - isto durante os 19 meses do período revolucionário português. Importa por isso analisar com mais pormenor estas relações, tendo por base os jornais oficiais dos próprios partidos e a bibliografia já publicada sobre o tema.



**Título da Comunicação** O processo de liberalização política em Marrocos e o papel do islamismo moderado

**Autor** ISABEL ALCARIO (isabel.alcario@ipri.pt)

**Instituição** IPRI-UNL

**Título da Comunicação** Padrões de Sociedade Civil na Terceira Vaga de Democratização: Uma Comparação entre Espanha e Portugal, 1981-2000

**Autor** TIAGO FERNANDES (tiago.fernandes@EUI.eu)

**Instituição** PhD Researcher, Department of Political and Social Sciences European University Institute, Florence Lecturer, Department of Political Studies Faculty of Social Sciences-Universidade Nova de Lisboa

**Título da Comunicação** Política Externa e Transições de Regime: Uma perspectiva longitudinal

**Autor** DIOGO MOREIRA (Diogo.moreira@ics.ul.pt)

**Instituição** ICS-UL



*Sala 1*

MODERADOR: Angel Rivero, Univ. Autónoma de Madrid

Título da Comunicação	El judicial como mecanismo de rendición de cuentas
Autor	M <sup>a</sup> ELENA MARTÍNEZ BARAHONA (elmartin@eu1.eu)
Instituição	Universidad de Salamanca. Profesor Ayudante Doctor

**R E S U M O**

Frente a las tradicionales concepciones de rendición de cuentas -accountability vertical y horizontal- el mecanismo de accountability social se presenta como otra variante de aquéllas. La finalidad de este paper es el análisis de las reclamaciones judiciales incoadas por grupos sociales ante las Cortes Supremas de Justicia de Costa Rica, Nicaragua y Guatemala como medio de control de la legalidad de las acciones gubernamentales. El uso de esta estrategia implicaría un reconocimiento del papel político del Poder Judicial en los procesos de consolidación democrática.

<b>Título da Comunicação</b>	Estado e Família: quais os deveres e direitos em matéria de educação?
<b>Autor</b>	CRISTINA CALDEIRA (criscaldeira@mail.telepac.pt)
<b>Instituição</b>	IEP-UCP

## RESUMO

Após a segunda guerra mundial, o contexto político e económico fez com que a educação viesse a tornar-se num dos temas preferidos do debate político. E, a partir de então, os objectivos atribuídos à educação formal passaram a ser dimensionados e movidos por duas convicções: uma de ordem política e outra de ordem económica.

Ao longo deste percurso, no campo teórico, foi-se igualmente consolidando uma oposição entre liberais e comunitários, centrada no modo de conceber a vida social. Na génese deste confronto estão dois temas dicotómicos: o bem e a justiça; o indivíduo e a comunidade. É sobretudo o segundo: indivíduo/comunidade, que vai constituir o ponto nevrálgico desta comunicação e que nos permitirá tomar posição sobre a questão central do estudo: Estado e Família: quais os deveres e direitos em matéria de educação?

Metodologicamente este estudo estrutura-se em duas partes. Na primeira parte será feito um percurso temático sob o qual a controvérsia é estabelecida. Enquanto os liberais se sentem herdeiros de Locke, Hobbes, Stuart Mill, Kant, os comunitaristas, têm as suas raízes no aristotelismo, em Hegel e na tradição republicana da Renascença. Os primeiros partilham a ideia de liberdade de consciência, respeito pelos direitos do indivíduo e desconfiança frente à ameaça de um Estado paternalista; os comunitaristas comungam da desconfiança pela moral abstracta, têm simpatia pela ética das virtudes e uma concepção política com muito espaço para a história das tradições.

Numa segunda parte serão apresentados os direitos, liberdades e garantias, plasmados na Constituição onde se reconhece a iniciativa particular, enaltecendo designadamente as liberdades de ensino e de criação de escolas particulares, o direitos dos pais de educarem os filhos e a liberdade cultural e artística.

Título da Comunicação	A negação de direitos económicos e sociais como causa de conflito em sociedades divididas: uma análise crítica dos modelos de prevenção e reconstrução dominantes.
Autor	DANIELA NASCIMENTO (danielan@fe.uc.pt)
Instituição	Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra: Assistente do Núcleo de Relações Internacionais.

## RESUMO

É hoje amplamente reconhecido que os países em vias de desenvolvimento, e em especial os que atravessam, ou atravessaram, conflitos violentos, enfrentam desafios e dificuldades particularmente complexas no estabelecimento de mecanismos e estratégias que ajudem a fomentar a paz e o desenvolvimento e a prevenir o ressurgimento da violência.

Estes desafios tendem a ser ainda mais claros em contextos étnica ou religiosamente divididos, onde existe uma tendência para explicar e justificar conflitos com base nessas linhas de diferenciação e onde as intervenções de actores internos e externos, no quadro dos actuais modelos dominantes de prevenção de conflitos e reconstrução, frequentemente envolvem a implementação de uma abordagem limitada das normas de direitos humanos internacionalmente reconhecidos. Considera-se que nestes contextos, as estratégias de prevenção, resolução e reconstrução tendem a enfatizar quase exclusivamente a dimensão política dos direitos - sob a forma de representação política dos diferentes grupos, por exemplo- e a negligenciar a importância dos direitos económicos e sociais para a criação e consolidação de estruturas de paz e desenvolvimento sustentáveis.

Ao defender a influência crucial das desigualdades e marginalização socioeconómica de grupos específicos no subdesenvolvimento e instabilidade em países divididos, uma dimensão que está muitas vezes ausente da maior parte das análises -, esta apresentação pretende identificar algumas das falhas nas estratégias de prevenção dominantes, e que aqui serão apresentadas como sendo limitadas e insuficientes tanto para explicar as causas reais profundas e complexas dos conflitos e em satisfazer as necessidades mais profundas da população em geral e de determinados grupos em específico. Como alternativa, e assumindo a natureza indivisível dos direitos humanos, será argumentado que para melhor e mais eficazmente prevenir conflitos e alcançar uma paz e desenvolvimento sustentáveis é fundamental afirmar e promover eficazmente os direitos económicos e sociais de forma a reduzir as desigualdades de grupo que possam tornar um país dividido (mais) propenso a conflito recorrente e a uma lógica de subdesenvolvimento endémico.

Título da Comunicação	The Right to Kill Innocents! How International Double Standards Have Created a Perverse Entitlement
Autor	ANDREAS M. BOCK (andreas.bock@lrz.uni-muenchen.de)
Instituição	Lecturer of Political Theory at the Geschwister-Scholl-Institute (GSI) of Political Science at the Ludwig-Maximilians University Munich; Lecturer of International Relations at the Munich University of the Federal Armed Forces

## RESUMO

Is there a right to kill innocents? No, of course not. This would be an abuse of fundamental human rights. But, as I will argue, our international legal system that is largely onesided has created that entitlement.

It is claimed that innocents enjoy protection from harm, and that to kill them is murder. This means, first of all, that all innocents enjoy this protection. And secondly, if we are willing to allow some exceptions to the rule, this exceptions must be applicable to everyone under similar circumstances. In practice however, it is commonplace to condemn the deliberate killing of innocents as unjustifiable - as long as it is used to condemn terrorism. The killing of innocents in wartime is easily justified. What we accept as a common practice is a double standard that has transformed the rule of noncombatant immunity, which should apply universally, into a privilege that grants few the Hobbesian "right to every thing", but refuses the others the same right. And neither can we reasonably nor legitimately expect some to accept and to obey a rule we are willing to defect from. The opposite is true.

The common practice of double standards has created *de facto* the perverse right to kill innocents.

<b>Título da Comunicação</b>	Corrupção e ética na política brasileira. A inversão dos valores éticos na política. As peripécias políticas no regime democrático brasileiro
<b>Autor</b>	JOSÉ OLÍMPIO DA SILVA CASTRO (joseolimpio@elo.com.br)
<b>Instituição</b>	Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

## RESUMO

A discussão sobre ética, a partir de Sócrates e Aristóteles, tem sustentado ao longo de todos os tempos a reflexão sobre a conduta ética da pessoa humana. Hoje se observa a conduta ética do sujeito na atividade profissional e política. Com eles é possível analisar as diferenças entre os interesses individuais, sociais e os políticos. Os fundamentos da ética valem para as ações políticas que nem sempre estão revestidas desses fundamentos. A conduta política, quando pautada nos valores éticos, torna os governantes homens justos e competentes. Sabe-se que a postura ética, quando acompanha as atitudes dos políticos e gestores públicos, melhora o desempenho do governo e da administração pública. O empenho pela aplicação dos valores éticos na política é uma forma de prevenir a responsabilidade com os compromissos eleitorais assumidos com o eleitorado e com o bem público. Esta é a razão pela qual se propõe a análise das práticas políticas na conjuntura brasileira com relação ao emprego dos fundamentos éticos como garantia de uma boa governança. As razões da política nem sempre se coadunam com os valores éticos, embora nada deva prevalecer sobre esses valores. A ética apresenta-se como uma questão social que passa pelo processo de formação ética das pessoas que, então, levam para a vida pública os propósitos de honestidade e de coerência. Entende-se que os atos humanos, bons ou maus, impregnaram a política partidária e governamental. O objeto de interesse dos políticos nem sempre está focado para o que é bom ou para o bem comum, daí o objetivo deste trabalho que é levar à surpreendente constatação da frequente prática da corrupção na política e na administração pública em detrimento dos princípios democráticos e dos valores éticos. A corrupção acaba com o Estado democrático de direito, tirando da Nação a possibilidade de crescimento econômico e de bem-estar social da população. Fica evidente que existe um sistema de corrupção integrado, através de ligações obscuras, entre políticos e empreiteiros, entre empreiteiros e governo que tem suas próprias ligações com os políticos que o apoiam.

**Palavras-chave:** Corrupção. Ética. Valores. Política

## Sala 2

MODERADORA: Raquel Vaz-Pinto, IEP-UCP

Título da Comunicação Xeque-mate ao semipresidencialismo

Autor PAULO JOSÉ CANELLAS RAPA7 (canelasrapaz@gmail.com)

Instituição Université Panthéon-Assas (Paris II) – Centre d’Etudes Constitutionnelles et Politiques; Attaché Temporaire d’Enseignement et de Recherche (Assistente)

## RESUMO

No próximo ano, o conceito de “semipresidencialismo” vai festejar o seu trintagésimo aniversário. Não o fará em França, lugar onde foi concebido por Maurice Duverger no seu *Echec au Roi* (em português Xeque-mate), lugar onde nunca foi reconhecido pela generalidade da literatura. Conceito apátrida, foi no entanto um produto de exportação com sucesso, inclusive em Portugal.

Conceito caracterizado por três critérios, um governo responsável perante o Parlamento, um Presidente eleito por sufrágio universal directo (ou assimilável) e dotado de poderes notáveis, o “semipresidencialismo” seria filho do parlamentarismo europeu e do presidencialismo americano. Esta definição, e portanto o conceito aferente, são naturalmente rejeitados pelos seus oponentes mas ainda hoje discutidos por aqueles que os adoptaram. Seria fácil apoiar-se na própria indeterminação de Maurice Duverger quanto à definição da sua criatura para dar razão aos primeiros. Tal estratégia só meteria o “semipresidencialismo” em xeque. Dar xeque-mate a este conceito requer uma estratégia de jogo mais radical. Maurice Duverger desfaz-se da questão do valor classificativo do seu conceito, bem, porque o “semipresidencialismo” não o pode ter; mas defende o seu valor heurístico, mal, porque o “semipresidencialismo” falha em explicar o funcionamento das instituições políticas dos “países semipresidenciais”.

<b>Título da Comunicação</b>	A República Federal da Alemanha e a Revolução Portuguesa
<b>Autor</b>	ANA MÓNICA ROLA DA FONSECA (monica.fonseca@ipri.pt)
<b>Instituição</b>	Investigadora, IPRI-UNL e Doutoranda em História Contemporânea, ISCTE

## RESUMO

O que se pretende com este paper é analisar o acompanhamento feito pela República Federal da Alemanha aos acontecimentos em Portugal durante a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a subsequente participação deste país no período de transição democrática portuguesa. Tentaremos perceber qual o papel do governo alemão no apoio às forças democráticas portuguesas em luta no Período Revolucionário e quais as pressões que fez no sentido da evolução da situação interna portuguesa para uma democracia pluralista. Centrar-nos-emos somente no papel das instituições estatais, nomeadamente os contactos entre os governos alemão e português, deixando de lado, nesta primeira fase da investigação, as instituições e organizações não estatais, como os partidos políticos e as fundações a eles associados, as famílias partidárias europeias ou os sindicatos.

Usaremos como base desta apresentação alguns documentos alemães tornados públicos recentemente, nomeadamente do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão e da Chancelaria Federal, juntamente com fontes primárias portuguesas, e com o enquadramento da imprensa da época e de bibliografia.



Título da Comunicação	O Reino Unido e a Revolução portuguesa, 1974-75
Autor	PEDRO AIRES OLIVEIRA (aipoliveira@fcsih.unl.pt)
Instituição	FCSIH-UNL e IPRI

## RESUMO

O objectivo da comunicação consiste em descrever e interpretar a atitude do Reino Unido face à derrocada do Estado Novo e ao período revolucionário que se lhe seguiu. Tentaremos mostrar de que forma o Governo trabalhista de Harold Wilson, chegado ao poder poucas semanas antes do golpe militar em Lisboa, procurou exercer alguma influência no processo revolucionário português, num sentido favorável às forças moderadas. Por uma questão de economia narrativa, a apresentação concentrar-se-á na dimensão mais oficial das relações anglo-portuguesas, ou seja, a postura dos meios governamentais britânicos face às vicissitudes da transição política em Portugal no período de 1974-75. Baseando-se em fontes ainda pouco exploradas, estamos em crer que esta abordagem poderá oferecer um ângulo inédito às abordagens produzidas pela ciência política relativamente à transição portuguesa.

Título da Comunicação Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa  
Autor TIAGO MOREIRA DE SÁ (tmoreiradosa@yahoo.com)  
Instituição IPRI-UNL, Junior Researcher

### RESUMO

O paper a apresentar intitula-se «Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa» e tem por objectivo essencial compreender a política adoptada pela Administração norte-americana no âmbito do processo político português inaugurado pelo golpe de Estado militar de 25 de Abril de 1974.

Nele procuramos demonstrar como a América reagiu a uma revolução na Europa Ocidental, sua zona crucial de influência, bem como à ascensão do Partido Comunista num países membro da NATO, traduzida esta quer na sua inclusão nos Governo Provisórios, quer mesmo, num extremo, na possibilidade de tomar o poder no País.

Uma das suas originalidades consiste na defesa de que, apesar da revolução portuguesa ter sido em larga medida determinada pela balança de forças interna, os EUA acabaram por contribuir para a instauração de um regime democrático em Portugal, ainda que a sua política não tenha sido uniforme ao longo do tempo, indo desde um desinteresse inicial até ao amplo apoio prestado nos últimos meses de 1975, sobretudo após a conclusão do processo revolucionário.

## Sala 3

MODERADOR: Sebastian Royo, Univ. Suffolk, EUA

Título da Comunicação O Constitucionalismo Europeu e a Emergência da PESD

Autor BRUNO MARTINS E LAURA FERREIRA-PEREIRA (bmartins@ieei.pt;  
lperreira@eeg.uminho.pt)Instituição Investigador, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais; Professora  
Auxiliar do Departamento Relações Internacionais e Administração Pública,  
Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho

## RESUMO

O facto de UE não esgotar a sua actuação no plano interno faz com que a intelecção do seu sistema político-constitucional reclame uma análise da sua dimensão externa. Por ser a mais difícil e recente consecução do processo de integração europeia, o caso da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) relaciona-se com o estudo desta dimensão externa do constitucionalismo europeu, dado que permite perceber o impacto do processo de constitucionalização na afirmação de uma dimensão de segurança e defesa no quadro da UE. Em sentido oposto, o enfoque na componente de segurança e defesa encerra o potencial de contribuir para um entendimento do impacto do longo processo que redundou no desenvolvimento da PESD sobre a emergência do constitucionalismo europeu. A dimensão externa do constitucionalismo europeu surge, assim, como o pano de fundo para uma tentativa de explicação desta complexa e implícita malha de influências mútuas que se entreteceu entre o processo de constitucionalização da UE e o surgimento, no seio desta organização, de uma dimensão de segurança e defesa. Esta comunicação configura, precisamente, tal tentativa de explicação no sentido de uma compreensão mais cabal da complexidade inerente às dinâmicas e processos em estudo.

Título da Comunicação A acción exterior de Galiza  
Autor CONSTANTINO CORDAL RODRÍGUEZ (tinocordal@uvigo.es)  
Instituição Universidade de Vigo. Profesor Asociado

## RESUMO

Un ámbito esencial da acción exterior de Galiza, en canto Rexión dotada de competencias legislativas, vén representado polos órganos da UE, tendo como principal obxectivo incidir no proceso de toma de decisións e na salvagarda da súa autonomía política no contexto europeo.

A misión fundamental das institucións galegas na construción europea debe ser a de intentar acadar unha maior visibilidade de Galiza na area comunitaria, a través da participación en todos aqueles foros que posibiliten a actuación das entidades subestatais nos mesmos.

Título da Comunicação	The European Union as a Player in the European Neighbourhood
Autor	HRISTOFOR HRISOSKULOV (h.hrisoskulov@arcor.de)
Instituição	Ph.D. student at the Westphalian Wilhelm's University Münster, Germany

## RESUMO

The fundamental questions concerning the European Union's (EU) policy towards countries bordering the Community in the East and its role as a player in this region are the main topics of this paper. The strategy papers adopted in the past years projected that the EU implements different strategies towards individual states. On the one hand, the EU requires the strengthening of the democratic transformation processes and the settlement of the regional conflicts in the countries of the former Soviet Union (Moldova, South Caucasus). On the other hand, the enlarged EU establishes a common policy towards the immediate neighbourhood considering the regional dispositions of the partner states.

Título da Comunicação	A democratização dos Balcãs. O caso da Macedónia.
Autor	TILISA MARIA RISENDE CIERCO GOMES (tgomes@por.ulusiada.pt)
Instituição	Universidade Lusitana do Porto, Professora Auxiliar

## RESUMO

Os Balcãs Ocidentais constituem uma parte inseparável da formação do “novo” espaço europeu, mas é ainda uma região caracterizada por instabilidade. Compreendendo a Croácia, Bósnia-Herzegovina, Macedónia, Sérvia, Albânia e Montenegro, a sua integração nas estruturas europeias, particularmente na União Europeia, mostrou ser um processo difícil e problemático devido à situação política, económica e social destes países. A perspectiva da adesão à UE tem sido um factor de motivação para a transformação sistémica e estrutural necessária para a estabilização e democratização da região.

Neste contexto, este paper visa analisar até que ponto os esforços e iniciativas da UE nos Balcãs têm vindo a contribuir para a pacificação da área e a promoção da boa governação na região.

Entendendo a Europeanização como o quadro conceptual que liga a transição e integração, uma série de questões se colocam em relação à forma como estes países têm sido afectados por este processo. Quais têm sido os principais avanços e recuos deste processo nos países dos Balcãs? E qual tem sido o impacto na construção do Estado nas suas diferentes dimensões: política, económica, social? Procurando respostas para estas questões, este paper visa contribuir para uma melhor compreensão do processo de europeização na Macedónia, analisando os seus resultados e efeitos na situação actual do país no que respeita ao processo de democratização, relacionamento inter-étnico e futura integração na UE.

Título da Comunicação	O Intervencionismo Liberal de Blair nas Relações Internacionais pós-Guerra Fria
Autor	BERNARDO PIRES DE LIMA (bernardopiresclima@gmail.com)
Instituição	Instituto da Defesa Nacional, Assessor de Estudos

## RESUMO

A era de Tony Blair foi marcada por um conjunto de intervenções militares em nome de princípios humanitários. A política externa britânica não era regida por parâmetros morais provavelmente desde Churchill, pelo que Blair provocou uma ruptura não só nas linhas tradicionais do seu partido quanto ao uso da força, como dotou de novos contornos perto de meio século de política externa britânica. O Kosovo, a Serra Leoa, o Iraque e o Afeganistão foram exemplos da aplicação destas tendências no seu consulado.

A tarefa a que nos propomos é dupla: desmontar a doutrina Blair, apelidada de “intervencionista liberal”; perceber em que estado do debate actual é possível colocá-la, tendo em conta o quadro sobre o uso da força, o conceito de soberania, o princípio da não-ingêrência, a capacidade multilateral do sistema internacional ou a redefinição das relações internacionais pós-11 de Setembro, com a emergência de novas potências e ameaças à segurança internacional.

*Auditório 3*

---

DEBATEDOR: Octavio Amorim Neto, *Fundação Getúlio Vargas*

---

MODERADOR: Andrés Malamud, *ICS-UI.*

---

Manuel Alcantara,

*Univ. Salamanca*

---

Jorge Ianzaro,

*Univ. República, Uruguai*

---

Timothy Power,

*Univ. Oxford*

---

**13:00-19:00**

*Auditório 3*

*Entrega do Prémio APCP pelo Presidente do Júri, Manuel Braga de Cruz*

*O Brasil Contemporâneo*

Maria Henriqueta Tavares de Almeida, *Presidente da Associação Brasileira de Ciência Política*

MODERADOR: Pablo Oñate, *Associação Espanhola de Ciência Política*